



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Projeto Pedagógico do
Curso de Gestão de Políticas Públicas

FORTALEZA - CE
JUNHO – 2022

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

Professor José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

VICE-REITOR

Professor José Glauco Lobo Filho

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Professora Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Professora Elizabeth De Francesco Daher

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Professora Ana Paula de Medeiros Ribeiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Professor Francisco Rodrigo Porto Cavalcanti

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Professor Almir Bittencourt da Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Professor Marcus Vinicius Veras Machado

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO

Roselane Gomes Bezerra (Professora do curso de GPP)

Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho (Professor do curso de GPP)

José Lenho Silva Diógenes (Professor do curso de GPP)

Suely Salgueiro Chacon (Professora do curso de GPP)

Samuel Rocha de Sousa (Servidor Técnico-Administrativo)

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA/PROGRAD

Aline Batista de Andrade

Coordenadora de Projetos e Acompanhamento Curricular – COPAC

Virgínia Moura Garcia Oliveira

Diretora de Planejamento e Avaliação de Projetos Pedagógicos

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Profa. Sônia Maria Pinheiro de Oliveira
VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Prof. Alexandre Holanda Sampaio

COORDENADORA DE PROGRAMAS ACADÊMICOS
Profa. Francisca Silvania de Sousa Monte

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
Prof. José Lenho Silva Diógenes
**SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES**
Profa. Antônia Emanuela Oliveira de Lima

**COORDENADORA DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**
Roselane Gomes Bezerra
**SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA COORDENAÇÃO DO
CURSO**
Samuel Rocha de Sousa

MEMBROS DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO DO CURSO
Roselane Gomes Bezerra
Alcides Fernando Gussi
Antônia Emanuela Oliveira de Lima
Gil Célio de Castro Cardoso
Maria de Nazaré Moraes Soares
Representante do Centro Acadêmico

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE
Suely Salgueiro Chacon
Alcides Fernando Gussi
Antônia Emanuela Oliveira de Lima
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho
Francisca Silvania de Sousa Monte
Gil Célio de Castro Cardoso
Roselane Gomes Bezerra
Verônica Salgueiro do Nascimento

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 JUSTIFICATIVA	8
3 HISTÓRICO DO CURSO	11
3.1 Antecedentes na Pós-graduação	11
3.2 Antecedentes na Graduação	12
3.2.1 Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP)	12
3.2.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF)	13
3.2.3 Ações de extensão e pesquisa dos professores relacionadas às políticas públicas	13
3.3 Outras experiências relevantes para a criação do curso de GPP	14
3.4 Revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso em 2022	15
4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
5 PRINCÍPIOS NORTEADORES	19
6 OBJETIVOS DO CURSO	22
6.1 Objetivo Geral	22
6.2 Objetivos Específicos	22
7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	23
8 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	24
9 ÁREAS DE ATUAÇÃO	25
10 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	26
10.1 Flexibilidade na Estruturação Curricular	26
10.2 Interdisciplinaridade	27
10.3 Orientação Pedagógica	27
10.4 Interligação entre as Disciplinas do Curso	28
10.5 Integração entre Teoria e Prática	28
10.5.1 Oficinas	29
10.6 Programas de Acompanhamento e Inclusão de Alunos(as) com Deficiências	29
10.7 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI	29
10.8 Empresa Júnior	31
11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
11.1 Unidades Curriculares	34
11.2 Disciplinas por Semestre Letivo com Pré-requisitos	34
11.3 Disciplinas por Unidades Curriculares	40
11.3.1 Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado	40

11.3.2 Unidade Curricular: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento	40
11.3.3 Unidade Curricular: Políticas Sociais	41
11.3.4 Unidade Curricular: Avaliação de Políticas Públicas	41
11.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros Departamentos	42
11.5 Carga horária por Componentes Curriculares	42
11.6 Ementário das Disciplinas	44
11.6.1 Disciplinas Obrigatórias	44
11.6.2 Disciplinas Eletivas/Opcionais a serem oferecidas a partir do quinto semestre	57
11.6.2.1 Ênfase: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento.....	57
11.6.2.2 Ênfase: Políticas Sociais	67
11.6.2.3 Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas	79
11.6.3 Disciplinas Opcionais	89
11.7 Estágio Supervisionado	90
11.8 Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia	90
11.9 Atividades Complementares.....	91
11.10 Curricularização da Extensão	91
12 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	93
13 QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	94
14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	95
14.1 Do Projeto Pedagógico	95
14.2 Dos Processos de Ensino e de Aprendizagem	96
15 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A FUNCIONAMENTO DO CURSO	100
15.1 Quadro de disciplinas por semestre e por Departamento	100
15.2 Pessoal docente, técnico-administrativo e infraestrutura	103
15.2.1 Docentes	103
15.2.2 Corpo Técnico-Administrativo	103
15.2.3 Corpo funcional de apoio	104
15.2.4 Salas de Aula	104
15.2.5 Laboratórios de informática.....	104
15.2.6 Bibliotecas Setoriais.....	104
15.2.7 Auditórios	105
15.2.8 Acessibilidade	105
16 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	106
16.1 Coordenação.....	106
16.2 Colegiado.....	106
16.3. Núcleo Docente Estruturante.....	106

16.4 Comissões Permanentes	106
16.4.1 Comissão Permanente de Estágio Supervisionado	106
16.4.2 Comissão Permanente de Extensão	107
16.4.3 Comissão Permanente de Atividades Complementares.....	107
16.4.4 Comissão Permanente de Tutoria	108
16.5 Apoio institucional ao discente do Curso de GPP	108
16.6. Apoio institucional à acessibilidade	109
REFERÊNCIAS	111

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP), ofertado pelo Departamento de Estudos Interdisciplinares (DEINTER), do Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ele se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, instituídas pela Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), assim como, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O Curso de Gestão de Políticas Públicas deve promover uma formação qualificada para a inserção na vida acadêmica e no mercado de trabalho, estabelecendo-se como polo de formulação, implementação, análise e avaliação das práticas de políticas públicas. O processo de formação do (a) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas é interdisciplinar e visa desenvolver a compreensão da importância do contexto econômico, político, cultural, social e ambiental para a formulação de estratégias relativas ao desenho, implementação e avaliação de programas e de políticas públicas.

O curso de GPP propõe a formação de bacharéis a partir dos conhecimentos sistematizados em três grandes áreas: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; Políticas Sociais; e, Avaliação de Políticas Públicas. O estudante pode se especializar em uma das áreas, ou pode optar por conhecer os fundamentos das três. De modo geral, sua pretensão é qualificar os (as) formandos (as) para a realização de análises, elaboração e reformulação de planos, programas e projetos, assim como, para a implementação de ações no âmbito das políticas públicas. Para atingir seu desiderato, ele procura se estabelecer como polo de formação em políticas públicas numa perspectiva crítica e plural.

O curso tem uma estrutura curricular interdisciplinar, conectando diversos campos do conhecimento científico e integrando saberes da Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Direito, Antropologia, Estatística, Ciências Econômicas, Ciências Agrárias e Ambientais, Ciência da Informação, História, Geografia, Gestão do Território, Saúde, Educação e Cultura, Política Regional e Local, Desenvolvimento Econômico e Social, Governança Global, Meio Ambiente e Demografia. A combinação destes conhecimentos compõe o referencial teórico e prático para a formação do futuro bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Com base nessa diversidade de saberes, espera-se que o Curso de GPP proporcione ao (à) egresso (a) uma sólida formação interdisciplinar para que, além de gestores (as) qualificados (as) para a atuação no setor público e/ou no terceiro setor, contribuam para o desenvolvimento, a promoção da cidadania, o reconhecimento das diversidades socioculturais, o enfrentamento das desigualdades de gênero, a melhoria das condições de vida da população e demais ações que visem o avanço da sociedade em suas múltiplas dimensões.

O curso oferta 50 vagas anuais, na modalidade presencial, no período diurno, de acordo com a resolução 35 CONSUNI/2014, que aprova a criação do curso. A duração do curso será de 08 (oito) semestres, a serem integralizados em 4 (quatro) anos, no mínimo, e 6 (seis) anos, no máximo, conforme determinado pela Resolução CEPE/UFC nº 14, de 3 de dezembro de 2007.

2 JUSTIFICATIVA

O Curso de GPP foi criado com base no debate acadêmico sobre as políticas públicas, intensificado a partir dos anos 80 e avançado sistematicamente nos anos seguintes. As transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente a partir do início dos anos 1980 – emergência dos movimentos sociais, fortalecimento do sindicalismo, manifestações de trabalhadores, manifestações populares por eleições diretas, formação da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 – colocaram na pauta das discussões novas demandas. A institucionalização dos direitos sociais, coletivos e, consequentemente, das políticas públicas constantes da Nova Carta Magna do país descortinaram um novo cenário que ensejou o crescente interesse pelo estudo das políticas públicas.

O processo de inovação e experimentação em programas governamentais, bem como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais, despertaram mais que curiosidade sobre os “micros” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro – revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (ARRETCHE, 2003), indicando a necessidade de estudos na área de políticas públicas no Brasil. Essa lacuna tem sido preenchida por um número crescente de pesquisas, de criação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em diversas universidades, com o consequente crescimento das dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas públicas; no surgimento, nas universidades e fora delas, das "Escolas de Governo"; na criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento, nos programas de pós-graduação; e no estabelecimento de linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área pelas agências de fomento nos últimos anos.

Novas agências governamentais foram criadas ou reativadas para o planejamento estatal e para a avaliação de políticas públicas, nos três níveis de governo. No plano da sociedade, a instrumentalização do conhecimento científico tem sido uma constante por parte de ONGs e de outros grupos. E, no caso do conhecimento acadêmico sobre as políticas públicas, foram criados diversos cursos de graduação em várias universidades do país, constituindo-se o que se denominou como “Campo de Públicas” (FARIA, 2013). Essa expressão passou a ser utilizada por professores, pesquisadores, estudantes e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, de universidades brasileiras, no interior de um movimento nacional

pela afirmação da autonomia dessas áreas em relação à de Administração de Empresas, da qual, até então, os cursos eram vistos como subáreas.

Destaca-se que o Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each) foi, em 2005, a primeira experiência de criação de um curso independente das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Administração recém aprovadas, tendo iniciado as suas atividades em fevereiro de 2005, com 120 alunos que optaram pela carreira de Gestor de Políticas Públicas (ARAÚJO, 2011).

Os novos cursos foram implantados, em sua maioria, pelas Instituições Federais de Ensino Superior, muitos deles a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. A partir de 2009 e 2010, esses cursos, ao enfatizarem o campo das políticas públicas ou da gestão pública, tem se constituído como inovação importante no cenário da expansão do ensino superior do país (FARIA, 2013).

Dentre os cursos criados nesse contexto, destacam-se os cursos de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo do Campo – SP, Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each), Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB) e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Campinas (UNICAMP/Limeira).

Ademais, foram criados novos cursos de graduação tecnológica em Gestão Pública na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) e/ou Gestão Social e alguns bacharelados híbridos entre Administração Pública e Gestão Social, tal como se verifica com o Curso Administração Pública: Gestão Pública e Social criado ainda pela UFC no campus do Cariri e hoje pertencente à Universidade Federal do Cariri (UFCA) em Juazeiro do Norte – CE e Administração Pública e Gestão Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também merecem destaque os cursos de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Gestão Pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Matinhos) e Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹.

¹ Ver Revista Temas de Administração Pública da UNESP, edições especiais 2010, 2011 e 2012, que apresenta a história de criação de 17 cursos do Campo de públicas.

Unidos em torno de afinidades teórico-metodológicas, os cursos do Campo de Públicas constituem uma comunidade diversa e plural de atores comprometidos com um ensino de qualidade. O compromisso primeiro do Campo de Públicas é com os desafios da gestão pública necessária aos avanços sociais, políticos e administrativos nos governos, em seus diversos níveis (União, Estados e Municípios) e em seus diversos âmbitos (administração direta, indireta, fundacional e empresas públicas).

Atualmente, as especificidades do Campo de Públicas são, em parte, delineadas pela própria Resolução CNE 01/2014 e, em parte, construídas pelo movimento resultante de sua plena implementação. A aplicação de uma única DCN norteadora dos processos avaliativos comuns, no Brasil, permitiu que vários cursos de graduação – como é o caso no Campo de Públicas, que abrange os Cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas – tornassem-se um campo multidisciplinar de saber, de ensino e de pesquisa.

Nesse contexto, o Curso de Gestão de Políticas Públicas está voltado para a formação de quadros de nível superior, científica, técnica e eticamente preparados para assumir responsabilidades enquanto administradores públicos e administradores do terceiro setor; capacitados a conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de agências governamentais e não governamentais.

A exemplo dos diversos novos cursos criados no âmbito do Campo de Públicas, o curso deverá qualificar os (as) alunos (as) para a pesquisa, elaboração de diagnósticos, análises técnicas de políticas, planos, programas e projetos; para a prática profissional e cidadã inspirada em valores éticos e no espírito público; para liderar e apoiar processos voltados para o aperfeiçoamento da Gestão Pública em seus vários níveis e setores; para promover os direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, ambientais) e participar de processos voltados para o avanço da democracia e justiça social na sociedade brasileira.

3 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC foi criado a partir de diversas ações de pesquisa e de extensão associadas à pós-graduação e à graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC. O primeiro Projeto Pedagógico do Curso foi produzido por uma comissão composta pelos (as) seguintes docentes: Francisca Silvania de Sousa Monte – Presidente (DED/CCA); Alcides Fernando Gussi (DED/CCA); Alessandra Pinheiro de Góes Carneiro (DED/CCA); Ana Maria Monte Coelho Frota (DED/CCA); Celecina Maria de Veras Sales (DED/CCA); Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (DED/CCA); Helena Selma Azevedo (DED/CCA); e, Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade (DED/CCA).

Após sua criação, o Curso de GPP foi coordenado pela profa. Francisca Silvania de Sousa Monte (2015/2016); pela profa. Helena Selma Azevedo (2016); pelo prof. Julio Alfredo Racchumi Romero (2016/2018); pelo prof. Gil Célio de Castro Cardoso (2018/2022); e, atualmente, pela profa. Roselane Gomes Bezerra (2022). As principais iniciativas que deram origem ao curso estão especificadas a seguir:

3.1 Antecedentes na Pós-graduação

Na UFC o estudo sobre as políticas públicas se ampliou com mais intensidade desde a criação do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), criado em 11/09/2000, com a aprovação CEPE/UFC e CONSUNI de 14/09/2000. O Programa resultou do acordo estabelecido, à época, entre a assessoria da Presidência da República, a Reitoria da UFC, o Governo do Estado do Ceará e a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 16/12/2004, ele foi recomendado e reconhecido pela CAPES, e, desde então, tem trilhado caminhos próprios, no sentido de se consolidar e se tornar referência na área de avaliação de políticas públicas. Em 2022, o MAPP está na sua décima sétima turma, com um total de 509 dissertações defendidas até 2021.

O Programa tem caráter interdisciplinar, direcionando-se para o campo específico de avaliação de políticas públicas, o que o distingue de outros cursos e programas orientados para o campo geral das políticas públicas. O MAPP, desde sua criação, vem propondo uma consistente formação analítica, na interlocução entre diferentes paradigmas de avaliação, aliada a uma permanente construção de novas metodologias, na articulação entre distintas abordagens e técnicas, de diferentes disciplinas, visando o delineamento de mecanismos,

estratégias e instrumentais técnicos na formação do avaliador e viabilização de pesquisas em avaliação de caráter interdisciplinar.

O Programa tem como intuito viabilizar a qualificação de profissionais da administração pública, dos organismos estatais e demais entidades da sociedade civil, dotando-os de instrumental teórico e metodológico específico e apropriado à avaliação de políticas públicas sociais. Para cumprir sua missão institucional, o MAPP tem apenas uma Área de Concentração, Avaliação de Políticas Públicas, com três linhas de pesquisa: 1 Políticas Públicas e Mudanças Sociais, 2 Desenho de Políticas Públicas de Caráter Social e 3 Políticas Públicas, Território e Cultura. Essas linhas foram concebidas de forma a inserir diferentes setores e temas da área de Políticas Públicas, a saber: saúde, educação, desenvolvimento local e/ou regional, políticas rurais e urbanas, turismo, meio ambiente, segurança pública, seguridade e inclusão social, com o intuito de afirmar o caráter multidisciplinar do Programa e constituir a prática interdisciplinar na avaliação de políticas públicas. Essas peculiaridades do Programa de Pós-Graduação refletiram intensamente na concepção do Curso de Gestão de Políticas Públicas.

3.2 Antecedentes na Graduação

No âmbito da graduação, a criação do curso de Gestão de Políticas Públicas teve como vetor fundamental os estudos, as ações de extensão e as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) e por professores e professoras vinculados ao extinto Departamento de Economia Doméstica.

3.2.1 Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP)

O Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP) é um Programa de Extensão de caráter permanente da UFC, instituído em 2008, que foi fundamental para a criação do curso de GPP. Sua concepção foi baseada no desenho institucional do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual o LEPP é laboratório associado.

Trata-se de um laboratório que desenvolveu uma sequência de estudos na área de políticas públicas e mudanças sociais do meio rural cearense, envolvendo professores dos

Departamentos de Economia Doméstica e Economia Agrícola do CCA/UFC. Os primeiros estudos do LEPP trataram da avaliação dos assentamentos rurais resultantes do I Plano Nacional de Reforma Agrária e de experiências estaduais de assentamentos. Com o passar dos anos, ele se tornou um ambiente que abriga estudos científicos, ações de extensão e projetos de pesquisa sobre a formulação, gestão, acompanhamento e avaliação de as políticas públicas.

Desse modo, além da importância do LEPP para a criação do curso de GPP, o Laboratório tem se consolidado como um ambiente de estudos e disseminação de conhecimentos científicos sobre políticas públicas que digam respeito ao atendimento de necessidade das famílias rurais e urbanas, ao mesmo tempo, em que busca desenvolver nos (as) alunos (as) da graduação as habilidades de pesquisa e os (as) estimular a ingressar em cursos de pós-graduação.

3.2.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF)

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) era vinculado ao Departamento de Economia Doméstica e filiado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Suas atividades junto à Rede Internacional de Gênero e Globalização e da Rede de Educação Popular da América Latina e do Caribe foram importantes para a idealização da estrutura curricular do curso.

Embora o NEGIF tenha iniciado suas atividades em 1997, a sua criação no CONSUNI da UFC se deu em 1999. Presente ativamente no Curso de GPP, o NEGIF vem desenvolvendo pesquisas sobre violência contra a mulher; mulheres trabalhadoras das indústrias têxtil e de metalurgia; conselho da mulher e movimento feminista; jovens, família e consumo; famílias rurais e juventude; relações familiares, gênero e identidade de jovens; mulher e trabalho doméstico e políticas de saúde para a família, adolescente e sexualidade, temas que tem sido abordados e tratados pelas políticas públicas voltadas para a mulher e as que tenha foco em geração, como as políticas voltadas para a infância, juventude e pessoa idosa.

3.2.3 Ações de extensão e pesquisa dos professores relacionadas às políticas públicas

Também destaca-se a participação de diversos professores do extinto Departamento de Economia Doméstica na inserção em diversas Políticas e Programas, seja através do

desenvolvimento de pesquisa ou de execução de ações, entre as quais podem ser nomeadas as Políticas/Programas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Educação Infantil; Gênero; Juventude e Pessoa Idosa; Reassentamento de populações urbanas e rurais; Microcrédito e Economia Solidária, com efetiva contribuição no campo das políticas públicas.

Não menos importante dentro do contexto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas são as pesquisas desenvolvidas pelos professores componentes da Comissão de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas, entre as quais podem ser destacados estudos sobre economia solidária e microcrédito; direitos humanos de crianças e adolescentes; juventude e exclusão social; gênero, redes e movimentos sociais; juventude, política e relações de gênero; programas ligados à reforma agrária; políticas de reassentamento rural; políticas de desenvolvimento rural; políticas urbanas; políticas de geração de renda; controle social de políticas públicas; segurança e soberania alimentar. Ressaltam-se, também, as orientações de dissertações no Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas, dos professores participantes do Programa, em avaliação dos mais variados programas e políticas públicas.

3.3 Outras experiências relevantes para a criação do curso de GPP

Ainda na discussão do projeto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas foram feitos contatos pelo LEPP com outras instituições do Brasil, para encaminhamento de sugestões que pudessem contribuir para a efetivação da proposta do novo curso. Buscou-se neste momento, saber quais as demandas de instituições que desenvolvessem ações possíveis de serem atendidas pela nova formação proposta. Sugestões foram encaminhadas e incorporadas no texto desta proposta, principalmente na composição das disciplinas e, também, na aceitação de testar o estágio do curso no modelo de “Residência Social”.

O Programa Residência Agrária, criado no âmbito do Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFC), também influenciou a criação do curso de GPP, na medida em que era um Programa dedicado a estudos das políticas públicas. Esse Programa, voltado para a Agricultura Familiar e Agroecologia, dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tinha o objetivo de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados e atuava como instrumento de democratização do conhecimento no campo, propondo e apoiando projetos de educação que utilizam

metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Nesse sentido, ele inspirou a formulação do Estágio em Residência do Curso de GPP².

A partir da aproximação com essas diversas experiências, nasceu o curso de Gestão de Políticas Públicas, inspirado especialmente nas ações de pesquisa e extensão associadas à graduação e pós-graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC. Destaque-se que foi o primeiro Curso do Campo de Públicas criado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas do Campo de Públicas (DCN's) aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES.

3.4 Revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso em 2022

A revisão do Projeto Pedagógico do Curso de GPP apresenta atualizações na estrutura curricular decorrentes, sobretudo, do processo de curricularização da extensão. As mudanças introduzidas não alteraram a carga horária total do curso, que permanece em 3040 horas. Contudo, foram realizadas revisões nas ementas das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, tendo em vista a necessidade de atualizações das bibliografias obrigatórias e complementares. As mudanças foram no sentido de ajustar a distribuição de horas entre os componentes curriculares, sem perder a flexibilidade da estruturação curricular do Curso.

A curricularização da extensão foi inserida no Curso de GPP por meio da Unidade Curricular Especial de Extensão, que permite à carga horária obrigatória dessa Unidade ser cumprida pela acumulação de horas de participação em ações de extensão cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão da UFC. Ademais, a redistribuição da carga horária entre componentes curriculares do curso, em favor da nova Unidade Curricular, concentrou-se essencialmente entre componentes curriculares que já previam a extensão em sua composição, como as Atividades Complementares e o Estágio Supervisionado.

As mudanças na estrutura curricular do curso são apresentadas no quadro abaixo, que traz a síntese da distribuição da carga horária entre os componentes curriculares no Projeto Pedagógico atual e anterior.

² Com o amadurecimento do Curso de GPP e a observação das experiências de estágio curricular pela coordenação de estágio do curso, ocorreu na presente reformulação do PPC a substituição do termo Residência Social por Estágio Supervisionado.

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (Horas)	
		PPC anterior	PPC atual
OBRIGATÓRIOS	Disciplinas Obrigatórias	1344	1344
	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	64	64
	Estágio(s) Supervisionado(s)	384	256
OPTATIVOS	Disciplinas Optativas	384	384
	Disciplinas Eletivas (se houver)	640	576
UNIDADE CURRICULAR ESPECIAL DE EXTENSÃO		-	304
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		224	112
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3040	3040

Com isso, o Colegiado da Coordenação do Curso passou a ser integrado pelos representantes de 5 (cinco) unidades curriculares: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado; Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; Políticas Sociais; Avaliação de Políticas Públicas; e Unidade Curricular Especial de Extensão.

Por fim, outra atualização promovida nesta revisão do PPC do curso foi a institucionalização de quatro comissões permanentes, com funções auxiliares no âmbito da gestão do Curso, a saber: a Comissão de Atividades Complementares, a Comissão de Tutoria, a Comissão de Estágio Supervisionado e a Comissão de Extensão. Essas comissões deverão obrigatoriamente ser compostas por docentes do Curso de Gestão de Políticas Públicas e terão as estruturas e atribuições descritas na seção sobre a gestão do curso deste PPC.

4. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

4.1 Nome do curso

Gestão de Políticas Públicas

4.2 Grau acadêmico do curso

Bacharelado

4.3 Modalidade do curso

Presencial

4.4 Carga horária total

3040 horas

4.5 Duração do curso

Mínima: 4 (quatro) anos – 8 (oito) semestres

Máxima: 6 (seis) anos – 12 (doze) semestres

4.6 Regime do curso

Semestral

4.7 Turnos previstos para ofertas

Diurno

4.8 Ano e semestre de início de funcionamento do curso

2015.1

4.9 Ato de Autorização

Resolução Nº 35/CONSUNI, de 04 de setembro de 2014.

4.10 Número de vagas oferecidas por semestre/ano

50

4.11 Processo de ingresso

Via Sisu

4.12 Titulação conferida em diplomas

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores do Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas foram idealizados com base nos princípios das DCN do curso de graduação em Administração Pública: o *ethos* republicano e democrático; a flexibilidade; a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Com base nisso, foram adotados os seguintes princípios fundamentais, que serão seguidos pelo curso de GPP: a) interdisciplinaridade; b) natureza generalista da formação; c) flexibilidade da estrutura curricular; d) interconexão entre as disciplinas do curso; e) permanente interface entre teoria e prática; f) sinergia entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão; e, g) respeito e valorização das diferenças e das diversidades socioculturais.

a) **Interdisciplinaridade** – O curso de GPP será estruturado com base na interdisciplinaridade, articulando, com uma visão crítica, a diversificada plêiade de saberes de seu corpo docente, indo além dos reducionismos teórico-metodológicos, calcados na técnica pela técnica. A constante rotinização da interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão acerca das políticas públicas viabilizará a compreensão das relações estabelecidas entre diferentes atores e sujeitos no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Espera-se que a perspectiva interdisciplinar possibilite uma reflexão crítica e transformadora, ensejando a formação de um profissional com sensibilidade e capacidade de diálogo, apto a realizar uma leitura multidimensional dos fenômenos associados às políticas públicas.

b) **Natureza generalista da formação** – A formação proporcionada pelo curso de GPP terá natureza generalista, capaz de dar conta da complexidade das relações envolvidas nos processos de gestão de políticas públicas. Embora voltada para a formação de um perfil profissional especializado, procurar-se-á conceber uma formação teórica, instrumental e cultural abrangente, assumindo-se um ponto de vista generalista. O curso procurará, a partir da generalização de conhecimentos emergentes da interação entre formação técnica e humanística, propiciar o desenvolvimento da capacidade intelectual dos estudantes e formar profissionais habilitados a cultivar, permanentemente, sua autonomia intelectual.

c) **Flexibilidade da estrutura curricular** – A estruturação curricular do curso de GPP facilitará a flexibilidade da escolha de disciplinas, compreendendo que a observação e compreensão das políticas públicas requer certa plasticidade na escolha das disciplinas a serem cursadas nos diferentes percursos formativos. A diminuição do número de pré-requisitos nas disciplinas possibilitará maior customização pelo (a) aluno (a) do itinerário

formativo escolhido, impactando na escolha das disciplinas optativas de acordo com as necessidades e interesses pessoais e profissionais do (a) formando (a).

d) **Interconexão entre as disciplinas do curso** – As disciplinas do curso serão interligadas e procurarão integrar a participação de alunos (as) e professores nas diversas disciplinas oferecidas em cada semestre, objetivando, com isso, promover o inter-relacionamento de saberes. Deve-se estimular a proposição de trabalhos compartilhados entre disciplinas ofertadas em um mesmo semestre letivo. Além disso, procurar-se-á desenvolver atividades formativas transversais e paralelas ao Curso como realização de oficinas, exposições, palestras e debates, estabelecidos a partir de parcerias entre alunos (as) e professores de diversas áreas. De um modo geral, todos os conteúdos do Curso devem se inter-relacionar, na perspectiva de articular o conhecimento teórico com a ação prática na análise e na intervenção relacionadas com a gestão de políticas públicas, estimulando-se atividades pedagógicas que vão além da sala de aula e alcancem a elaboração e a implementação de agendas públicas.

e) **Permanente interface entre teoria e prática** – Teoria e prática não são duas instâncias que podem ser separadas e o projeto foi elaborado de forma a contemplar a integração dessas duas dimensões da vida acadêmica, visando proporcionar ao estudante uma educação baseada na reflexão crítica e na prática. O curso de GPP deve ser uma arena de discussão, de experimentação, de inovação e criatividade na produção de ideias e conhecimento sobre as políticas públicas e as disciplinas oferecidas no Curso devem propiciar este tipo de ação.

f) **Sinergia entre as atividades de ensino-pesquisa-extensão** – A educação é entendida como sinergia das atividades de ensino-pesquisa-extensão, considerando-se o indivíduo como o sujeito integrado e integrador da sociedade, de forma a permitir um diálogo que contribua para propor novos enfoques teórico-metodológicos. A produção do conhecimento, mediante a pesquisa e a extensão, será o critério basilar para o processo de avaliação do ensino-aprendizagem; nesse processo é importante que o estreitamento entre teoria e prática se dê mediante o contato do discente com a realidade socioeconômica do Ceará, desde o início da formação acadêmica, tendo como coroamento as atividades do Estágio Supervisionado, previsto neste PPC.

g) **Respeito e valorização das diferenças e das diversidades socioculturais** – A formação do gestor de políticas públicas deverá desenvolver nos (as) formandos (as) a consciência da diversidade sociocultural que permeia o Brasil e a necessidade de respeito e valorização das diferentes matrizes socioculturais.

Postos em prática, esses princípios nortearão uma formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores na administração pública estatal e não estatal, analistas, formuladores e avaliadores de políticas públicas. Orientado por eles, o curso de GPP terá a finalidade precípua de dotar o (a) aluno (a) de um diversificado instrumental de ferramentas conceituais e procedimentos metodológicos para torná-lo apto para o diagnóstico abrangente dos problemas públicos e a busca de soluções adequadas.

O (A) gestor (a) de políticas públicas deve ser capaz de elaborar diagnósticos adequados, elaborar propostas de construção de indicadores de monitoramento e avaliação e considerar como ponto central de sua ação as demandas provenientes da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as instituições representativas dos diversos interesses em pauta. Nesse sentido, o compromisso basilar do curso será sempre com a qualidade de conteúdo, de experiências e de metodologias de ensino e de pesquisa e de formação de profissionais aptos a responderem às demandas do mercado de trabalho de uma maneira *stricta*, tendo em vista sempre o indivíduo e a sociedade de modo lato.

6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar, através da perspectiva interdisciplinar, Bacharéis em Gestão de Políticas Públicas aptos (as) para a realização de análises, formulação, reformulação, implementação e avaliação de projetos, programas e políticas públicas.

6.2 Objetivos Específicos

- a) Promover a formação teórica e prática de profissional qualificado (a) para atuar como gestor (a) de políticas públicas em órgãos públicos, agências reguladoras, organizações não governamentais e setor de responsabilidade social corporativa;
- b) Proporcionar a formação e conhecimentos técnicos e científicos do (a) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas nas áreas de planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social;
- c) Criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise, pesquisa e a prática social para intervenção e controle social das políticas públicas, notadamente as de caráter social;
- d) Estimular a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, uma ampla formação humanística e uma consciência social que os habilite a contribuir para o fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem-estar social e dos direitos humanos e ambientais.
- e) Fomentar a produção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento sustentável.
- f) Estimular parcerias e intercâmbios com outras Universidades nacionais e internacionais.

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O (A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas formado pela UFC deverá ser capaz de:

- a) assumir posições de liderança no desenvolvimento das atividades de direção, coordenação, consultoria, assessoria, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas;
- b) tomar decisões e gerenciar políticas públicas, com base nos princípios cidadãos de justiça social e participação;
- c) compreender as relações entre o Estado e a Sociedade no mundo atual, os fundamentos teóricos da agenda pública contemporânea, a dinâmica das organizações públicas e sociais, sua cultura e seu comportamento;
- d) analisar os modelos e os instrumentos de gestão pública, a estruturação de organismos governamentais e não governamentais formuladores e implementadores de políticas públicas;
- e) compreender o papel do (a) dirigente e do gestor público, com atribuições de integrar programas de políticas públicas, de otimizar recursos públicos, de reformular programas e projetos, de monitorar e avaliar políticas públicas;
- f) selecionar e utilizar instrumentos de políticas públicas de modo a estabelecer relações intergovernamentais e interinstitucionais e promover a interlocução, a negociação e a formalização de resultados;
- g) compreender os princípios básicos do serviço público brasileiro e das organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- h) formular políticas públicas, propondo estruturas e modelos de gerenciamento;
- i) trabalhar em equipes multiprofissionais e com gestão participativa e democrática;
- j) aplicar métodos qualitativos e quantitativos, com visão global e interdisciplinar;
- k) propor a simplificação e o aperfeiçoamento dos modelos de gestão, demonstrando iniciativa e criatividade.

8 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O (A) Bacharel egresso do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Bacharelado deverá atuar como agente político, planejador, articulador, administrador ou gestor público na administração pública brasileira; como administrador (a) de organizações e instituições não-estatais de caráter público, nacionais e internacionais; ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público; como formulador (a), implementador (a), avaliador (a) e analista de políticas, planos, programas, projetos e ações públicas ou ainda na pesquisa em investigação voltadas à identificação, recuperação histórica e análise de processos sociais complexos relacionados à esfera pública.

Em face de sua formação humanista e crítica, o curso está comprometido com os valores republicanos e democráticos e voltado para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética. Nesse sentido, a coordenação do curso deve promover uma constante interação entre os profissionais formados e os discentes. Proporcionando palestras e encontros entre os egressos e estudantes buscando o fortalecimento da formação acadêmica e da formação profissional.

9 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O (A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pode atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas esferas federal, estadual e municipal; autarquias; agências reguladoras; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências de desenvolvimento; fundações públicas, consórcios públicos; entidades e agências das regiões metropolitanas e associações de municípios e outros;
- Organizações da Sociedade Civil, tais como: fundações, associações, movimentos e projetos sociais e outras;
- Cooperativas e organizações de economia solidária;
- Instituições participativas, tais como conselhos, orçamentos participativos, fóruns, conferências e outros;
- Empresas privadas em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público;
- Organizações internacionais, organismos multilaterais e representações diplomáticas;
- Organizações de representação política e profissional, tais como: partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e outras;
- Instituições de ensino e pesquisa.

10 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O projeto pedagógico de um curso de graduação deve considerar o tipo de profissional a ser formado e para que tipo de sociedade ele/ela irá intervir; os paradigmas que informam e sustentam o projeto pedagógico; os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso. Desta forma, a metodologia de ensino aprendizagem buscará atender o proposto a seguir:

10.1 Flexibilidade na Estruturação Curricular

Uma estrutura curricular flexível torna-se essencial na concepção e criação do Curso de GPP, dada a complexidade de saberes e práticas do campo das políticas públicas. Serão utilizados os elementos elaborados no vasto espectro de correntes pedagógicas que têm se debruçado sobre ações de ensino-aprendizagem, fundamentando as múltiplas práticas docentes.

A adoção de disciplinas iniciais obrigatórias rege a definição de perfis profissionais básicos já com enfoque em políticas públicas, complementados pelo emprego de disciplinas de caráter específico da formação dos graduandos. As disciplinas optativas complementarão a formação do gestor de políticas públicas e serão agrupadas em três ênfases de concentração do Curso: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; Políticas Sociais e Avaliação de Políticas Públicas. Isto permitirá a capacitação do (a) aluno (a) do Curso de GPP com conteúdos e conhecimentos diferenciados, estabelecidos por meio dos itinerários formativos.

10.2 Interdisciplinaridade

O processo de ensino-aprendizagem terá como base metodologias que permitam potencializar o caráter interdisciplinar da formação. As práticas educativas a serem adotadas serão permanentemente avaliadas em encontros, nos quais estarão presentes docentes e discentes vinculados às disciplinas de cada semestre letivo e farão parte do processo de avaliação do Curso.

A avaliação do processo de ensino e apropriação de conhecimentos terá por objetivo identificar a necessidade ou não de mudanças das práticas pedagógicas, inclusive de conteúdo das disciplinas frente aos objetivos da formação. O formato e a periodicidade dos encontros são detalhados pelo Colegiado e pela Comissão de Avaliação do Curso, comissão a ser formada tão logo as atividades sejam iniciadas, e que deverá ser composta pelos representantes das Unidades Curriculares do Curso e de representação estudantil. Desse modo, espera-se que seja criado um ambiente acadêmico que favoreça a uma maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

10.3 Orientação Pedagógica

Em virtude da natureza interdisciplinar, considera-se que o processo de formação do Curso de Gestão em Políticas Públicas deve estar pensado e calcado fortemente no estímulo e no oferecimento de condições para a criação de um ambiente acadêmico em que o (a) aluno (a) seja parte ativa do processo de ensino-aprendizagem, vivenciando problemas e situações, realizando atividades de pesquisa e extensão, de modo a se apropriar dos conhecimentos transmitidos e refletir criticamente sobre os pressupostos teóricos e práticos de sua formação.

Nesse sentido, é fundamental que todas as disciplinas ministradas tenham como orientações pedagógicas gerais os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento intelectual do (a) discente, através do estímulo de sua capacidade de pensar criticamente;
- A formação de um (a) profissional que se torne capaz de selecionar e analisar criticamente as informações socioeconômicas e políticas existentes e de estabelecer diálogos com profissionais de diferentes ramos do conhecimento, com as comunidades e movimentos sociais;
- O estímulo à formação de grupos de estudos, grupos de pesquisas e grupos de extensão.

O acompanhamento do desempenho curricular será realizado através de tutoria³, a fim de possibilitar ao (à) aluno (a) um melhor aproveitamento nos estudos, à identificação de suas dificuldades e deficiências e orientação no momento da escolha do seu itinerário formativo; e, participação em pesquisa e extensão mais adequadas a seus interesses e habilidades.

10.4 Interligação entre as Disciplinas do Curso

A perspectiva integrativa das disciplinas deverá ser posta em prática por meio de situações significativas para a experiência profissional, estabelecendo, a partir daí, as práticas didáticas que abordem a complexidade dessas situações, objetivando o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e de um fazer e um pensar que estimulem e favoreçam as ações coletivas dos (as) alunos (as) mediadas pelo (a) professor (a).

10.5 Integração entre Teoria e Prática

O conhecimento não flui somente da teoria em direção à prática, mas também da prática-teoria-prática. Com base nessa compreensão, já no primeiro semestre do curso, propõe-se, que os conteúdos das disciplinas privilegiem experiências de prática significativa para os (as) alunos (as), dentro dos conteúdos curriculares estabelecidos. A partir disso, desenvolvam-se as abordagens teórico – metodológicas necessárias aos processos de ensino-aprendizagem.

Desde o terceiro semestre, os (as) graduandos (as) adentram, de forma mais acentuada, na formação específica em políticas públicas. A partir desse momento, o (a) aluno (a) começa a experienciar aspectos de prática profissional de seu campo de atuação, vivenciando situações controladas e observando situações de trabalho de profissionais que inspiraram a concepção do perfil do gestor de políticas públicas que orienta o curso de GPP. Além disso, a integração entre teoria e prática é reforçada por meio de visitas às instituições do Campo de Públicas, que poderão ser programadas como atividades dentro das disciplinas.

³ O curso de Gestão de Políticas Públicas tem um programa de Tutoria, conforme veremos em detalhes adiante neste PPC.

10.5.1 Oficinas

Outra importante atividade que busca intensificar a aproximação das dimensões teórica e a prática do curso é o projeto “Oficinas Mensais de Políticas Públicas”⁴. Esse projeto seleciona anualmente dois bolsistas remunerados, por meio do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP), da Coordenadoria Geral de Programas Acadêmicos (CGPA). Sob a orientação do (a) coordenador (a) do curso os bolsistas elaboram um calendário anual com uma proposição de temáticas que são debatidas com os discentes e docentes do Curso.

Essas oficinas têm como objetivo inserir os (as) estudantes dos semestres iniciais na temática das políticas públicas, mas são abertas para a participação de todos (as) os (as) estudantes do Curso, a comunidade acadêmica em geral e demais pessoas que tenham interesse nas temáticas apresentadas. O objetivo delas é proporcionar aos estudantes dos semestres iniciais do Curso de GPP o conhecimento da atuação de profissionais do campo de públicas.

10.6 Programas de Acompanhamento e Inclusão de Alunos (as) com Deficiências

A coordenação do curso é permanentemente munida de informações sobre as necessidades específicas do corpo estudantil e, no caso de alunos (as) com deficiências, solicita apoio aos agentes de acessibilidade do Centro de Ciências Agrárias e aos especialistas da Secretaria de Acessibilidade da UFC. Com isso, procura-se garantir a formação integral dos estudantes do curso de GPP, viabilizando-se, quando for o caso a edição de materiais acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras.

10.7 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Ceará, prevendo ações que deverão ser adotadas para promover a qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão.

⁴ Estas oficinas terão como referência as Oficinas Mensais de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Considerando a importância da avaliação na Universidade, o Projeto Pedagógico prevê a adoção de práticas de avaliação institucional, com o objetivo de acompanhar e estimular o aperfeiçoamento da atividade docente, e assegurar maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

O Projeto Pedagógico prevê um acompanhamento contínuo dos alunos a partir da Tutoria, que permitirá aos professores orientá-los em seu itinerário formativo. O programa de Tutoria já foi regulamentado e está sendo implementado de forma progressiva, de modo a contemplar todos os (as) alunos (as) do Curso. Ademais, o Projeto ressalta e incentiva o desenvolvimento de projetos associados ao fortalecimento do sistema de assistência estudantil, como a monitoria, a Iniciação à Docência e os Grupos de Estudos:

- a) Monitoria de Projetos de Graduação planejando e executando atividades que permitam uma melhor ambientação do (a) estudante neste período. Esses projetos são desenvolvidos em parceria entre professores e alunos (as), contribuindo para o processo de formação do (a) estudante e valorizando a contribuição dos graduandos;
- b) Programa de Iniciação à Docência, que são projetos de incentivo ao interesse do (a) estudante de graduação por atividades docentes. Nesses projetos, vinculados a disciplinas específicas do curso e orientados por um professor da área, alunos (as) mais experientes ministram atividades de monitoria e acompanhamento dos alunos (as) de uma determinada disciplina; e,
- c) Grupos de Estudo em áreas específicas do curso, coordenados por alunos, registrados pelo Centro Acadêmico e reconhecidos pela Coordenação do Curso, contando inclusive como Atividade Complementar no currículo dos (as) alunos (as) participantes. Assim como, grupos de estudos coordenados por professores e registrados junto ao DEINTER.

Há também uma valorização do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, de programas e projetos de extensão. Entre as experiências de extensão e pesquisa relacionadas com o Curso, podem ser destacados os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF), pelo Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADERS) e pelo Laboratório de Apoio aos Projetos Institucionais (LAPI), os quais contribuem para a disseminação de conhecimentos no campo das políticas públicas e favorecem a interação entre a universidade e a sociedade. Para oferecer uma sólida formação em Gestão de Políticas Públicas, o Curso tem uma estrutura curricular que valoriza a

interdisciplinaridade e a flexibilidade. Considerando a importância da experiência profissional, o estágio supervisionado foi incorporado ao itinerário formativo dos alunos, de modo a promover uma adequada integração entre a teoria e a prática. O estágio supervisionado é uma atividade obrigatória e oferece aos alunos a oportunidade de uma vivência em um ambiente de desenvolvimento de políticas públicas, no setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor. Como as atividades de extensão, o programa de estágio amplia as parcerias entre a Universidade e as entidades públicas e privadas e favorece a disseminação de novos conhecimentos.

10.8 Empresa Júnior

A Empresa Júnior do Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC, Polis Jr., foi criada como associação civil em maio de 2019, de natureza jurídica de direito privado sem fins econômicos, conforme a Lei Federal nº 13.267 de 06 de abril de 2016, e integra o Movimento Empresa Júnior (MEJ) chegado ao Brasil na década dos anos 80. Teve sua criação acadêmica efetivada perante a UFC em outubro de 2021, conforme a Resolução do CEPE nº 02/2021, pelo que desenvolveu seu plano acadêmico com escopo de promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores por meio de capacitação e práticas no âmbito da gestão pública. Aliando teoria, prática e vivência empresarial, a Polis Jr desenvolve atividades de pesquisa e extensão, sob a supervisão de um (a) professor (a) tutor (a).

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso terá duração mínima de 4 anos, distribuídos em 8 semestres e, máxima de 6 anos, em 12 semestres. Terá carga horária de 3040 horas nos vários componentes curriculares assim distribuídas:

- 1664 horas, correspondentes a 84 créditos, em componentes curriculares obrigatórios, aí incluídos os créditos referentes ao Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); das quais 1344 horas o (a) aluno (a) deverá cursar em disciplinas, 256 horas em Estágio Supervisionado I e II e 64 horas em Trabalho de Conclusão de Curso, correspondendo a 84, 16 e 4 créditos respectivamente.
- 960 horas, correspondentes a 60 créditos, em disciplinas optativas, das quais o (a) aluno (a) deverá cumprir 576 horas, correspondendo a 36 créditos em disciplinas eletivas, escolhidas para compor o seu itinerário formativo. As 384 horas restantes, correspondentes a 24 créditos deverão ser cursados em outras disciplinas dentre as optativas oferecidas pelo Curso e não constantes do seu itinerário formativo, escolhidas de maneira livre entre as três ênfases do Curso, sendo que 128 destas horas poderão ser cursadas em disciplinas optativas-livres.
- 112 horas, correspondentes a 7 créditos, em Atividades Complementares.
- 304 horas correspondentes a 19 créditos em atividades extensionistas (Unidade Curricular Especial de Extensão).

Nos quatro primeiros semestres, o conjunto de disciplinas obrigatórias do curso comporão a “Formação Comum Básica”, embora já direcionada para a temática das políticas públicas (1º e 2º semestres) e a “Formação Específica em Políticas Públicas” (3º e 4º semestres). No 5º e 6º semestres, haverá um conjunto disciplinas agrupados em três “Ênfases de Conhecimento Específicos em Políticas Públicas”, a saber: 1) Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; 2) Políticas Sociais; 3) Avaliação de Políticas Públicas.

Nos quatro semestres iniciais do curso, todos os (as) alunos (as) cursarão o mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias. Essas disciplinas têm o objetivo de oferecer aos graduandos uma sólida formação teórica e prática que lhes permita a compreensão dos elementos fundantes das áreas de Gestão de Políticas Públicas em suas principais dimensões.

A partir do quinto semestre o (a) aluno (a) poderá escolher um itinerário formativo, que é formado por um conjunto de disciplinas eletivas que compõem a organização da sua formação em uma área específica: 1) Políticas Públicas, Gestão Governamental e

Desenvolvimento; 2) Políticas Sociais; 3) Avaliação de Políticas Públicas. Cada aluno (a) poderá especializar-se em pelo menos duas áreas de conhecimento. Caso o (a) aluno (a) opte por não escolher um itinerário formativo específico, ele poderá cursar disciplinas optativas de diferentes itinerários, tendo uma formação mais generalista.

No quinto e sexto semestre, o (a) aluno (a) cursará as disciplinas das áreas de concentração definidas no seu itinerário formativo, a partir da escolha das disciplinas eletivas mais relacionadas com a área de seu interesse, ou optar por cursar disciplinas de todas as áreas de concentração. Além disso, os (as) alunos (as) terão a possibilidade de cursar disciplinas em formato de oficinas, nas quais se discutirão temas contemporâneos e políticas específicas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais, como também políticas implementadas por organizações do terceiro setor e de responsabilidade social corporativa. Nessas disciplinas, a bibliografia será definida em função dos temas atuais ou hodiernos e das políticas/programas escolhidos para realizar os estudos.

Para auxiliar o (a) aluno (a) na definição de seu itinerário formativo, o curso de GPP conta com duplas de Professores Tutores, que são responsáveis pela orientação dos percursos formativos de cada turma ingressante no curso. Os professores tutores poderão realizar apresentações e reuniões para discutir as características de suas turmas e sugerir ao Colegiado do curso a abertura, manutenção, especificações, alterações e remoções de itinerários formativos.

A partir do 5º semestre, haverá a integralização curricular com as Disciplinas Opcionais do próprio Curso. Além disso, serão desenvolvidos os Estágios Supervisionados, em um locus específico de organizações do Governo, Empresa ou Terceiro Setor, e a Monografia.

O sétimo semestre do Curso será composto de disciplinas opcionais, a serem escolhidas dentre as ofertadas e não contempladas no itinerário formativo escolhido. Essas disciplinas poderão ser cursadas em conjunto com disciplinas de outras unidades acadêmicas da UFC ou de outras IES. Com isso, o (a) aluno (a) – com o auxílio de seu Tutor – poderá construir o próprio perfil de seu curso, buscando a formação complementar desejada. Poderá, portanto, cursar disciplinas – se disponíveis – em cursos como os de Ciências Sociais, Geografia, História, Economia, Direito, Administração, Arquitetura e Urbanismo, entre outros, tanto da UFC como de outras instituições de ensino superior no estado do Ceará e de outros Estados, desde que em Instituições sejam reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

A interdisciplinaridade, característica do Curso, deve promover na sua essência a apreensão de valores éticos e o respeito aos direitos humanos em todas as suas dimensões⁵. As disciplinas e todas as atividades do Curso, sejam elas na forma de aulas, palestras, debates e conferências presenciais ou virtuais, grupos de estudos, grupos de pesquisas, grupos de extensão e outros que congreguem docentes e discentes devem propiciar ao (à) aluno (a) uma visão plural e interdisciplinar da gestão de políticas públicas, conferindo-lhe autonomia intelectual e profissional para dar prosseguimento à sua formação, diante das novas demandas e das rápidas transformações sociais e tecnológicas que se apresentam.

11.1 Unidades Curriculares

As disciplinas foram agrupadas nas seguintes Unidades Curriculares: 1) Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado; 2) Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; 3) Políticas Sociais; e, 4) Avaliação de Políticas Públicas.

11.2 Disciplinas por Semestre Letivo com Pré-requisitos

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
1º SEMESTRE		
AI0178 – Sociologia Aplicada a Políticas Públicas (<i>Sociology Applied to Public Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0179 – Fundamentos de Economia (<i>Fundamentals of Economics</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0180 – Formação Econômica, Política e Social Brasileira (<i>Brazilian Economic, Political and Social Formation</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0181 – Estado, Governo e Políticas Públicas (<i>State, Government and Public Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0182 – Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica (<i>Fundamentals of Work and Scientific Research</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
2º SEMESTRE		
AI0183 – Fundamentos e Teorias da Administração	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr)	-

⁵ Neste contexto, o Curso considerando seu caráter interdisciplinar incentiva a abordar tópicos que visam auxiliar na discussão e compreensão nas Relações étnico-raciais e africanidades; educação ambiental; e diferença e enfrentamento profissional nas desigualdades sociais.

<i>(Fundamentals and Theories of Administration)</i>	0h ext. (0cr)	
AI0184 – Antropologia e Políticas Públicas <i>(Anthropology and Public Policy)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0185 – Estatística Aplicada a Gestão de Políticas Públicas <i>(Statistics Applied to Public Policy Management)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0186 – Psicologia Social no Campo Público <i>(Social Psychology in the Public Field)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0187 – Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa <i>(Research Methods and Qualitative Analysis)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fund.do Trabalho e da Pesquisa Científica
3º SEMESTRE		
DB0004 – Direito Administrativo <i>(Administrative Law)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0188 – Políticas Públicas no Brasil <i>(Public Policies in Brazil)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Estado, Governo e Políticas Públicas
AI0189 – Administração e Gestão Pública <i>(Administration and Public Management)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fundamentos e Teorias da Administração -
AI0190 – Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I <i>(Formulation, Implementation and Evaluation of Public Policies I)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Estado, Governo e Políticas Públicas
AI0191 - Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa <i>(Research Methods and Quantitative Analysis)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fund. do Trabalho e da Pesquisa Científica e Estatística aplicadas ao Gestor de Políticas Públicas
4º SEMESTRE		
AI0192 – Estado Brasileiro Contemporâneo <i>(Contemporary Brazilian State)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Estado, Governo e Políticas Públicas
AI0193 – Estado e Direitos Humanos no Brasil <i>(State and Human Rights in Brazil)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Estado, Governo e Políticas Públicas
AI0194 – Políticas Socioambientais <i>(Social and Environmental Policies)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Políticas Públicas no Brasil
AI0195 – Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública <i>(Planning and Public Management Instruments)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Administração e Gestão Pública
AI0196 – Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II <i>(Formulation, Implementation and Evaluation of Public Policies II)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
5º E 6º SEMESTRES		
Estágio Supervisionado I <i>(Supervised Internship I)</i>	32h aula 96h lab. 0h ead	

	0h ext.	
Estágio Supervisionado II (<i>Supervised Internship II</i>)	32h aula 96h lab. 0h ead 0h ext.	Estágio Supervisionado I
Ênfase: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento		
AI0201 – Participação e Sociedade Civil (<i>Participation and Civil Society</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0202 – Economia do Setor Público (<i>Public Sector Economics</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fundamentos de Economia
AI0203 – Políticas Urbanas (<i>Urban Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0204 – Políticas Públicas de Intervenção Territorial (<i>Public Policies for Territorial Intervention</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0205 – Políticas Agrárias e Agroalimentares (<i>Agrarian and Agrifood Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0206 – Políticas Públicas e Meio Ambiente (<i>Public Policies and Environment</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0255 – Agroecologia no Contexto das Políticas Públicas (<i>Agroecology in the Context of Public Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0207 – Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<i>Sovereignty and Food and Nutritional Security Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0208 – Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (<i>Intersectoriality in Food and Nutrition Security Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0209 – Educação e Cultura Alimentar (<i>Education and Food Culture</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0210 – Controle Social de Políticas Públicas (<i>Social Control of Public Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0211 – Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas (<i>Multilateral Agencies and Public Policy Planning</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0212 – Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano (<i>Sociology of Rural and Urban Development</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
AI0213 – Gestão Municipal e de Territórios (<i>Municipal and Territorial Management</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0214 – Orçamento Público (<i>Public Budget</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-

AI0247 – Ateliê de Políticas do Setor Público (<i>Public Sector Policy Workshop</i>)	16h aula (1cr) 48h lab. (3cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0248 – Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas (<i>Contemporary Themes in Public Planning and Management</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0215 – Políticas de Educação e Direitos Humanos (<i>Education Policies and Human Rights</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
DB0092 – Direito Constitucional I (<i>Constitutional Law I</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0216 – Políticas Públicas de Saúde (<i>Public Health Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
Ênfase: Políticas Sociais		
AI0217 – Análise Social da Família e Políticas Públicas (<i>Family Social Analysis and Public Policy</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0218 – Políticas de Gênero (<i>Gender Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0219 – Políticas Públicas para a Infância (<i>Public Policies for Children</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0220 – Políticas de Juventudes (<i>Policies for Youthness</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0253 – Políticas Públicas para o Envelhecimento (<i>Public Policies for Aging</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0221 – Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda (<i>Labor, Employment and Income Generation Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0222 – Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito (<i>Microfinance and Microcredit Policies and Programs</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0223 – Políticas de Inclusão Social (<i>Social Inclusion Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0224 – Economia do Terceiro Setor (<i>Third Sector Economics</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fundamentos de Economia
AI0225 – Gestão do Terceiro Setor (<i>Third Sector Management</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0226 – Economia Solidária e Políticas Públicas (<i>Solidarity Economy and Public Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0227 – Cidadania, Direitos e Desigualdades (<i>Citizenship, Rights and Inequalities</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-

AI0228 – Elaboração e Gestão de Projetos Sociais (<i>Development and Management of Social Projects</i>)	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0246 – Gestão Orçamentária de Projetos Sociais (<i>Budget Management of Social Projects</i>)	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0229 – Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais (<i>Sociology of Development and Social Projects</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
AI0230 – Cultura e Políticas Públicas (<i>Culture and Public Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0231 – Gestão de Projetos e Produção Cultural (<i>Project Management and Cultural Production</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0249 – Ateliê de Políticas Sociais (<i>Social Policy Workshop</i>)	16h aula (1cr) 48h lab. (3cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0250 – Temas Contemporâneos em Políticas Sociais (<i>Contemporary Themes in Social Policies</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0257 – Movimentos e Conflitos Sociais (<i>Social Movements and Conflicts</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
Políticas de Relações Étnico-Raciais (<i>Ethnic-Racial Relations Policies</i>)	48h aula (3cr) 16h lab. (1cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas		
AI0232 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I (<i>Monitoring and Evaluation of Public Policies I</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0233 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II (<i>Monitoring and Evaluation of Public Policies II</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
AI0234 – Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas (<i>Methodologies in Public Policy Evaluation</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
AI0235 – Indicadores de Políticas Públicas (<i>Public Policy Indicators</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0236 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais (<i>Analysis and Evaluation of Environmental Public Policies</i>)	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0237 – Análise e Avaliação de Políticas Urbanas (<i>Analysis and Evaluation of Urban Policies</i>)	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0238 – Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II

<i>(Analysis and Evaluation of Territorial Intervention Policies)</i>	0h ext. (0cr)	
AI0239 – Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares <i>(Analysis and Evaluation of Agrarian and Agrifood Policies)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0240 – Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar <i>(Analysis and Evaluation of Food Security and Sovereignty Policies)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0241 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda <i>(Analysis and Evaluation of Public Policies on Labor, Employment and Income Generation)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0242 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero <i>(Analysis and Evaluation of Public Gender Policies)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0243 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância <i>(Analysis and Evaluation of Public Policies for Children)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0254 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes <i>(Analysis and Evaluation of Youth Public Policies)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0244 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento <i>(Analysis and Evaluation of Public Policies for Aging)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0245 – Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura <i>(Analysis and Evaluation of Public Policies for Culture)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
AI0251 – Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas <i>(Public Policy Evaluation Workshop)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
AI0252 – Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas <i>(Contemporary Themes in Public Policy Evaluation)</i>	32h aula (2cr) 32h lab. (2cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	
7º SEMESTRE		
AI0200 – Projeto de Monografia <i>(Monography Project)</i>	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica; Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa; e, Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa.
8º SEMESTRE		
AI0256 – Monografia <i>(Monography)</i>	16h aula 48h lab. 0h ead 0h ext.	Projeto de Monografia

Optativas Não Constituintes do Itinerário Formativo		
HLL0077 – Libras (<i>Brazilian Sign Language</i>)	64h aula (4cr) 0h lab. (0cr) 0h ead (0cr) 0h ext. (0cr)	-
Disciplinas optativas livres	-	-

11.3 Disciplinas por Unidades Curriculares

11.3.1 Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado

Nº	DISCIPLINA
1	Fundamentos de Economia
2	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
3	Antropologia e Políticas Públicas
4	Psicologia Social no Campo Público
5	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica
6	Estatística aplicada à Gestão de Políticas Públicas
7	Fundamentos e Teorias da Administração
8	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa
9	Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa
10	Ateliê de Políticas do Setor Público
11	Ateliê de Políticas Sociais
12	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas
13	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais
14	Estágio Supervisionado I
15	Estágio Supervisionado II
16	Projeto de Monografia
17	Monografia

11.3.2 Unidade Curricular Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento

Nº	DISCIPLINA
1	Estado, Governo e Políticas Públicas
2	Estado Brasileiro Contemporâneo
3	Estado e Direitos Humanos no Brasil
4	Administração e Gestão Pública
5	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública
6	Políticas Públicas no Brasil
7	Gestão Municipal e de Territórios
8	Orçamento Público

9	Formação Econômica, Política e Social Brasileira
10	Economia do Setor Público
11	Políticas Urbanas
12	Políticas Públicas de Intervenção Territorial
13	Políticas Agrárias e Agroalimentares
14	Políticas Públicas e Meio Ambiente
15	Políticas Públicas de Saúde
16	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas
17	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
18	Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional
19	Educação e Cultura Alimentar
20	Controle Social de Políticas Públicas
21	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas
22	Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano
23	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas

11.3.3 Unidade Curricular Políticas Sociais

Nº	DISCIPLINA
1	Participação e Sociedade Civil
2	Cidadania, Direitos e Desigualdade
3	Políticas Socioambientais
4	Políticas de Educação e Direitos Humanos
5	Análise Social da Família e Políticas Públicas
6	Políticas de Gênero
7	Políticas Públicas para a Infância
8	Políticas de Juventudes
9	Políticas Públicas para o Envelhecimento
10	Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
11	Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito
12	Políticas de Inclusão Social
13	Economia do Terceiro Setor
14	Economia Solidária e Políticas Públicas
15	Movimentos e Conflitos Sociais
16	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais
17	Gestão do Terceiro Setor
18	Gestão Orçamentária de Projetos Sociais
19	Cultura e Políticas Públicas
20	Gestão de Projetos e Produção Cultural
21	Temas Contemporâneos em Políticas Sociais
22	Políticas de Relações Étnico-Raciais

11.3.4 Unidade Curricular Avaliação de Políticas Públicas

Nº	DISCIPLINA
1	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
2	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
3	Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas
4	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
5	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II
6	Indicadores de Políticas Públicas
7	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais
8	Análise e Avaliação de Políticas Urbanas
9	Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial
10	Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares
11	Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar
12	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
13	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero
14	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância
15	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes
16	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura
17	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento
18	Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas

11.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros Departamentos

Unidades Curriculares/Outros Departamentos	Nº	%
Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado	17	20,5%
Unidade Curricular Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento	23	27,7%
Unidade Curricular Políticas Sociais	22	26,5%
Unidade Curricular: Avaliação de Políticas Públicas	18	21,7%
Outros departamentos	3	3,6%
TOTAL	83	100,0

11.5 Carga horária por Componentes Curriculares

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (horas)	
OBRIGATÓRIOS	Disciplinas Obrigatórias	1344	1664
	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	64	

	Estágio(s) Supervisionado(s) (Estágio Supervisionado I e II)	256	
OPTATIVOS	Disciplinas Optativas (das quais 128 horas podem ser cursadas em optativas-livres)	384	960
	Disciplinas Eletivas (se houver)	576	
UNIDADE CURRICULAR ESPECIAL DE EXTENSÃO		304	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		112	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3040	

11.6 Ementário das Disciplinas

11.6.1 Disciplinas Obrigatórias:

a) Primeiro Semestre

SOCIOLOGIA APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da Sociologia. Sociedades modernas, complexidade e interdisciplinaridade. Relações entre poder simbólico, dominação e problemas públicos. Sociedade mundial, sistemas e processos sociais. Estudo de conceitos sociológicos estruturantes das políticas públicas. Pesquisa e descrição sociológica de problemas públicos.	
Bibliografia básica BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v. 3 (6), p. 441 – 463, 2013. BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora BERTRAND, 1989. CEFAÏ, Daniel. Instituições sociais: um diálogo entre sociologia de Chicago e filosofia pragmatista. Revista Sociedade e Estado, v. 36, n 2, p. 461-485, 2021. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003, v. 18, n. 51, pp. 21-30. LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito I. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983. MILLS, C. Wright. A imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.	
Bibliografia complementar ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB, 1987. BOURDIEU, P. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991. GOHN, Gabriel. Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1979. KLEIN, Stefan. Niklas Luhmann. Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. São Paulo, Vozes, 2016. Resenhas, pp. 149-367. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. Petrópolis, Vozes, 2004. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, Vozes, 2004. LUHMANN, Niklas. Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo, Paulus: 2005. MERTON, Robert King. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973.	

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	Carga horária: 64 horas
EMENTA: Visões sobre a economia. Conceitos básicos da Economia. Economia, Direito e atuação do Estado. Funcionamento do mercado. Estruturas de mercado. Mercado de trabalho. Macroeconomia e políticas econômicas. Crescimento econômico e desenvolvimento.	
Bibliografia básica PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JR., R. (Org.). Manual de economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.	

SOUZA, N. de J. de. **Economia básica**. São Paulo: Atlas, 2007.
 VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
 MENDES, J. T. G. **Economia**: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
 PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Thomson, 2006.

ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Definições dos conceitos de Estado, Poder, Democracia e Burocracia. O Estado na concepção liberal, totalitária, desenvolvimentista e socialista. Diferentes concepções de poder associadas ao Estado a partir dos clássicos da Política. A relação entre Estado, Governo e Sociedade no tocante à institucionalização de Políticas Públicas. Inter-relações entre o Estado e a Sociedade.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 173 p. (Coleção pensamento crítico, v 69). ISBN 9788577530175 (broch).
 ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 436 p. ISBN 8586435988 (broch.).
 GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. x,847p. (Série de Manuais Universitários das edições da Fundação Calouste Gulbekian). ISBN 9780745643571 (broch.)
 WEFORT, Francisco. (Org.). **Os clássicos da política**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1991. 2v. ISBN 1850803542-X (v.1) (broch.)

Bibliografia complementar

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. 352 p. ISBN 9788530801212 (broch.).
 FUKUYAMA, Francis. **As origens da ordem política**: dos tempos pré-humanos até a revolução francesa. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. 589 p. ISBN 9788532528117(broch.).
 FUKUYAMA, Francis. **Construção de estados**: governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, 168p. ISBN 8532518265 (broch).
 RESENDE, Guilherme Mendes (ed). Avaliação de políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2014-2017. 3 v. ISBN 978857811226 (v.1).
 MARIN, Pedro de Lima; OLIVEIRA, Ana Cláudia Pedrosa de. Pactos políticos e reformas administrativas no Brasil. In: **ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**, 5., 2012, Salvador. **Anais**. Salvador: ANPAD, 18-20 nov. 2012.

FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL Carga horária: 64 horas BRASILEIRA

EMENTA: A formação histórica do Brasil a partir das concepções de grandes ideólogos do Estado Nacional. O patrimonialismo. O ajuste estrutural e o novo papel do Estado no Brasil. A questão regional. Tendências mais recentes de reformulação do Estado brasileiro.

Bibliografia básica

CLÁSSICOS SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA: Caio Prado Júnior. Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
 FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 2. Rio de Janeiro, Ed. Zahar Editores, 1976
 FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Editora José Olympio, 1996.
 FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
 HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 PEREIRA, L. C. B. A reforma do estado dos anos 90: logica e mecanismos de controle. LUA NOVA.

N. 45. 1998.

POCHMANN, Marcio. Desigualdade econômica no Brasil. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

BUENO, Eduardo. Brasil: uma história. Cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Editora Leya, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república – momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

IANNI, Octavio (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. Expressão Popular, São Paulo, 2011.

SAES, Alexandre Macchione; MANZATTO, Rômulo Felipe. Os sessenta anos de formação econômica do Brasil: pensamento, história e historiografia. Anais. São Paulo: ABPHE, 2019.

UDERMAN, Simone. O Estado e a formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun 2008.

FUNDAMENTOS DO TRABALHO E DA PESQUISA CIENTÍFICA Carga horária: 64 horas

EMENTA: O trabalho científico e seus elementos. Normas técnicas e aspectos gráficos do trabalho científico. Modalidades de trabalhos acadêmicos Princípios epistemológicos e bases metodológicas na prática da pesquisa social. A pesquisa e produção do conhecimento científico. Projetos de Pesquisa, construção do objeto, relação teoria/empíria.

Bibliografia básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas: 2021. E-book.

Bibliografia complementar

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. E-book.

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos**. 9ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book.

AQUINO, Italo de Souza. **Como falar em encontros científicos**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: guia prático para trabalhos científicos**. 13.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book.

KROKOSZ, Marcelo. **Outras palavras para autoria e plágio**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book.

b) Segundo Semestre

FUNDAMENTOS E TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO Carga horária: 64 horas

EMENTA: Administração enquanto área do conhecimento científico. As escolas e movimentos do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A relação entre níveis organizacionais, processos

decisórios e sistemas de informação no processo administrativo. Poder, burocracia e práticas de controle nas organizações. Teorias administrativas no contexto brasileiro. Cultura organizacional.

Bibliografia básica

- AMARU, A. C. Teoria geral da administração. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos. 3 ed. São Paulo: Manole. 2014.
 FARIA, J. H. de. Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração. 1ª ed. 5ª reimpr, v. 2. Curitiba: Juruá, 2009.
 MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2006. xix, 428p. ISBN 852210381X (broch.).
 RAMOS, A. Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. 209 p. ISBN 8522500134 (broch.).
 SERVA, Maurício. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. In: Revista de Administração de Empresas, São Paulo: FGV, v. 32, n. 2, p. 26-35, abr/jun. 1992.

Bibliografia complementar

- FARIA, J. H. de. Economia política do poder: uma critica da teoria geral da administração. 1ª ed. 5ª reimpr, V. 3. Curitiba: Juruá, 2009.
 GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. São Paulo: Hedra. 2008
 MOTTA, Fernando C. Prestes; MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Org.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 325 p. ISBN 9788522417674 (broch.).
 RAMOS, Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. 209 p. ISBN 8522500134 (broch.).
 RAMOS, A. G. Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.
 SOBRAL, F.. PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson, 2012.
 TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: A Antropologia e o conhecimento do Outro. O conceito antropológico de cultura. Conceitos de Antropologia Política. O poder nas sociedades tradicionais e complexas. Etnografias do poder e das políticas públicas.

Bibliografia básica

- LA PLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
 LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
 KUSHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

Bibliografia complementar

- CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
 DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987 (p. 143-173).
 GENTILI, A.M. Antropologia política In: BOBBIO, Norberto; ATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Edunb, 1992. p.45-49.
 OLIVEIRA FILHO, J.P. de. Antropologia política In: SILVA, B. (Coord.). Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.64-67.
 PEIRANO, M. Antropologia política, ciência política e antropologia das políticas. In: PEIRANO, M.. Três ensaios breves. **Série Antropologia da Unb**, n. 231, Brasília, 1998, p. 17-29.

ESTATÍSTICA APLICADA À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Estatística Descritiva. Cálculo de Probabilidades e Variáveis Aleatórias, Distribuições de

Probabilidades: Binomial, Poisson e Normal. Inferência Estatística: Distribuições amostrais, Estimação pontual e intervalar e Testes de Hipóteses. Análise de Variância. Análise de Regressão simples e múltipla com duas variáveis e Correlação simples.

Bibliografia básica

LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2016. xv, 656 p. ISBN 9788543004778 (broch.).
 MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. Noções de probabilidade e estatística. 7. ed. rev. São Paulo: EdUSP, 2010. xv, 408 p. (Acadêmica, 40). ISBN 9788531406775.
 MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, c2013. xx, 548 p. ISBN 9788502207998 (broch.).
 TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 459p. ISBN 978-85-224-1791-9.

Bibliografia complementar

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Blucher, 2002. xi, 266 p. ISBN 8521203004 (broch.).
 SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. xii, 597 p. (Coleção Schaum). ISBN 9788577804610 (broch.).
 BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada as ciencias sociais. 2. ed. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1998. 283p. (Didática)
 LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 497 p. ISBN 978-85-87918-46-8.
 LEVIN, Jack. Estatística aplicada a ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, c1987. 392 p. ISBN broch.
 MOORE, David S.; NOTZ, William; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e sua prática. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2017. xxi, 626 p. ISBN 9788521634218 (broch.).

PSICOLOGIA SOCIAL NO CAMPO PÚBLICO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Noções teóricas da Psicologia Sócio histórica, aplicada à dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes no campo de intervenção em políticas públicas. Leitura da Psicologia sócio histórica, pela ótica dos Direitos Humanos. Aspectos estruturais e operacionais das políticas públicas, em diversas áreas (saúde, educação e assistência social).

Bibliografia básica

BOCK, A. M. (Org.) Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
 BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair. Psicologia sócio-histórica: (uma perspectiva crítica em psicologia). 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.
 CAMPOS, A. et al (Orgs.) Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica e Manifestação Territorial. [Volume 2]. São Paulo: Cortez, 2003.
 CRUZ, L; GUARESCHI, N. Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
 LANE, S; CODO, W. Psicologia Social: o homem em movimento. 13ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bibliografia complementar

GONÇALVES, M. Graça M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 134 p. (Construindo o compromisso social da psicologia).
 CIAMPA, Antonio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. 10. reimp. 2007. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 242.
 CARVALHO, J M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
 COIMBRA, C.; FILHO, M. M.; MONTEIRO, A. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? **Revista Psicologia & Sociedade**, 18 (2): maio/agosto de 2006.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico-quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. São Paulo: Educ/Escuta, 1999.
 MARTIN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. **Boletim de Psicologia UCA**, 3(17). 99- 112, 1985.
 MEDICI, A. C. A dinâmica das políticas sociais. **Revista Fórum DCA**. 1. 24-27, 1993.

MÉTODOS DE PESQUISA E ANÁLISE QUALITATIVA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Instrumental teórico e prático para o exercício da pesquisa qualitativa. Pesquisa de campo. Técnicas de pesquisa (observação participante, entrevistas, histórias de vida, estudo de caso e análise situacional). Diferentes perspectivas de interpretação e relações entre sujeito e objeto da investigação.

Bibliografia básica

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.
 OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 3,5 e 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
 POUPART, Jean et alli A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
 PEREIRA, Júlio César Rodrigues. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
 BAUER, Martim.; GASKEL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002. edições (3,5, 7, 8 E 9)
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. (Edições: 1, 3 4,7 e 8)_____
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa participante. 1 e 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
 DAMASCENO, Maria Nobre e Celecina Veras (Orgs.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. . Petrópolis: Vozes, 1998. (Edições: 10, 19, 20, 21, 25, 26, 29, 30-33)
 THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986. (Edições: 3, 5, 8, 13, 15, 16 e 18)
 YIN, Robert. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. 4 e 5 ed. .Porto Alegre: Bookman, 2005.

c) Terceiro Semestre

DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. Direito Administrativo e os poderes administrativos. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. A responsabilidade civil do Estado.

Bibliografia básica

BASTOS, C. R. **Curso de direito administrativo**. 4.ed. São Paulo: Saraiva,2000.
 GASPARINI, D. **Direito administrativo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
 MEIRELLES, H. L **Direito administrativo brasileiro**. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, E. N. de. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
 MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. Editora Malheiros. São Paulo, 1998.

MEDAUAR, O. **Direito administrativo moderno**. 13. ed. São Paulo: RT, 2009.
 MELLO, C. A.B. de. **Curso de direito administrativo**. 12.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
 PIETRO, M. S. Z. de. **Direito aAdministrativo**.12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Estado e políticas públicas: diferentes momentos históricos. Políticas Públicas: centralização e clientelismo. Descentralização no processo de redemocratização. Políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo: novas configurações. Descentralização e democracia. Participação, atores sociais e controle social. Gestão local, cidadania e equidade social.

Bibliografia básica

CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia de Paula. O papel do Estado e as reformas na Administração Pública: da Constituição Federal de 1988 ao contexto Pós Pandemia. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. 62 p. – (Textos para Discussão; n. 49)
 CHRISPINO, Álvaro. Introdução ao estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
 COSTA, Valeriano. Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015.
 D'AVILA FILHO, PAULO M. Assimetrias políticas, clientelismo e democracia: uma discussão conceitual. XXXI Encontro anual da ANPOCS de 22 a 26 de outubro de 2007, CAXAMBÚ, MG.
 MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICCO et al. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.
 SECCHI, L. Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

Bibliografia complementar

ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.
 DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
 SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, 2003. 24/04
 SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
 SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Evolução e características da administração pública no Brasil. Principais modelos de administração. Tendências internacionais de mudança da gestão pública. Cenário de mudanças mundiais: globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão pública.

Bibliografia básica

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, v. 41, nº especial, 2007, p. 67-86
 BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998a.
 BORGES, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora a crise de caráter do Estado. Dados - Revista de Ciências Social, v. 43, n.1.p 119-151.
 DINIZ, E. (2015). Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. Revista Do Serviço Público, 47(2), 05 - 22. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i2.693>

LIMA, Raimundo Márcio Ribeiro. Administração pública dialógica. Curitiba, PR: Juruá, 2013. 500 p. ISBN 9788536241180 (broch.).

MARTINS, Humberto, MARINI, Caio. Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, Brasília-DF, n.130, p. 42 – 53, Maio/ago 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MOTTA, Fernando C. Prestes. Introdução a organização burocrática. Ed. especial. São Paulo: Brasiliense, 1987. 310p (Economia). ISBN enc.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. Cadernos ENAP n.10, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 112–116, 2010.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . 6. ed. Porto Alegre, RS: Globo, 1985. 2v ISBN 2852500105-8 (broch.).

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1998.

RAMOS, A. G. Administração e contexto brasileiro: Esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Gétúlio Vargas, 1983.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista De Administração Pública, 43(2), 347 a 369, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982. 163p. (Contribuições em ciências sociais 10). ISBN 8570010818.

FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO Carga horária: 64 horas DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

EMENTA: O papel do Estado e de outros Agentes Públicos na formulação e implementação de políticas públicas. A dinâmica da formulação de políticas públicas. Atores, demandas e necessidades. Estudo da organização, atividade e papel de grupos de interesse. O Ciclo das Políticas Públicas: processo de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas com ênfase na Formulação.

Bibliografia básica

HOWLETT, M. RAMESH, M; PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E.(Org.) **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

GRAZIANO, L. O lobby e o interesse público. In: **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, n. 25, 1997.

Bibliografia complementar

CHACON, Suely Salgueiro e NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. Para além do (pré)conceito e do discurso - Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. Revista AVAL. Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-87. Julho/Dezembro, 2020.

IASULAITIS, Sylvia et al. Interatividade e ciclo de políticas públicas no Orçamento Participativo Digital: uma análise internacional. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 1091-1115, Dec. 2019.

RUA, Maria das Graças. Análises de políticas públicas: conceitos básicos. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração/UFSC, 2012.

MÉTODOS DE PESQUISA E ANÁLISE QUANTITATIVA**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Pesquisa quantitativa e aplicação na gestão de políticas públicas: delineamento da pesquisa quantitativa; amostragem e coleta de dados; preparação e montagem de base de dados. Análise e interpretação de dados quantitativos: representações por tabelas e gráficos; medidas sínteses; estimação e teste de hipótese. Introdução ao uso de indicadores e aos modelos de regressão linear aplicados às políticas públicas.

Bibliografia básica

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada as ciencias sociais. 2. ed. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1998. 283p. (Didática).
 LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 497 p. ISBN 978-85-87918-46-8.
 LEVIN, Jack. Estatística aplicada a ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, c1987. 392 p. ISBN broch.
 PINHEIRO, João Ismael D. et al. Estatística básica: a arte de trabalhar com dados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, c2015. xviii, 342 p. ISBN 9788535280418 (broch.).
 GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. xiv, 200 p. ISBN 9788522451425 (broch.).

Bibliografia complementar

FOWLER, Floyd J. Pesquisa de levantamento. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p. (Métodos de pesquisa). ISBN 9788563899156.
 MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Metodos quantitativos para economistas e administradores: calculo, funcoes de uma variavel . Rio de Janeiro: LTC, 1977. 218p.
 MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, c2013. xx, 548 p. ISBN 9788502207998 (broch.).
 HAIR, Joseph F., et al. Análise multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593 p. ISBN 0130177067 (enc.).
 JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2017. 192 p. ISBN 9788575168073 (broch.).
 JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. 4.ed. São Paulo, SP: Alínea, 2009. 141p. ISBN 9788575163689 (broch.).
 LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2016. xv, 656 p. ISBN 9788543004778 (broch.).
 MENEZES FILHO, Naércio Aquino de (org.). Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. 186 p. ISBN 9788598149042 (broch.).
 COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 318 p. ISBN 9788532610577 (broch.).
 CONTANDRIPOULOS, Andre-Pierre. Saber preparar uma pesquisa. 3.ed. Sao Paulo: Hucitec; 1999. Rio de Janeiro: Abrasco, 215p. ISBN 852710265X

d) Quarto Semestre**ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO****Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Contextualização da ideia de identidade nacional, de sociedade brasileira e das interpretações clássicas sobre a construção de Estado no Brasil. Pactos políticos e reformas do Estado no Brasil contemporâneo. Políticas de Estado, políticas de governo, movimentos sociais e o debate sobre políticas identitárias no Brasil.

Bibliografia básica

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 148 p. ISBN 8511070141 (broch.).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os três ciclos da sociedade e do estado**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 41, p.193-208, Jan/Jun 2012

CARDOSO, Fernando Henrique (1993) “Livros que inventaram o Brasil”. **Novos Estudos Cebrap** 37: 21- 35.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413p. ISBN broch.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução, In Stephan Haggart/Robert Kaufman (eds.). **Politics of Economic Adjustment** Princeton University Press, 1992. [Links] Tradução de Cid Knipel Moreira.

Bibliografia complementar

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 239 p. ISBN 978-85-441-0537-5.

Costa, V. (2016). Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Ideias**, 6(2), 135–166.

GOMES, Jorge Henrique Oliveira de Souza. Políticas Identitárias – um diálogo com as críticas de Francis Fukuyama e Mark Lilla **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 8, n. 1, pp. 91-107, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/cadecs.v8i1.33467>

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo, SP: Globo, [1998]. 2v.

PEREIRA, M. R. A personificação da Nova Direita brasileira: um olhar sobre os eleitores de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018. **Tropos: comunicação, sociedade e cultura**, v. 10, p. 1-23, 2021. Disponível: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4796>

ESTADO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Noções de ordenamento jurídico. Interfaces entre Estado Democrático de Direito e interpretação dos direitos fundamentais. Incorporação de tratados internacionais no Brasil. Estruturas político-jurídicas dos direitos humanos. Normas dos sistemas onusiano e interamericano. Decisões dos conselhos e comitês de direitos humanos.

Bibliografia básica

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história: a nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, 2003, pp. 25-65.

BOBBIO, N. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. São Paulo: **Estudos Avançados**, 9 (25), 1995, pp. 169-185.

PIOVESAN, Flávia. **Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos**. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, p. 87-104.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. **Teoria da norma jurídica**. 2. ed. Bauru: Edipro, 2003.

BOBBIO, N. **Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito**. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. São Paulo: Manole, 2007.

LAFER, Celso. A Reconstrução Dos Direitos Humanos: A Contribuição De Hannah Arendt. São Paulo: **Estudos Avançados**, 11 (30), 1997, pp. 55-65.

MONSALVE, Viviana Bohórquez; ROMÁN, Javier Aguirre. As tensões da dignidade humana:

conceituação e aplicação no direito internacional dos direitos humanos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6 (11), São Paulo, 2009, pp. 41-63.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. 3. ed. Belo Horizonte. CEI, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, nº 39, São Paulo, 1997, pp. 105-124.

SILVA, M. V. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: seis anos depois. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 18, São Paulo, 2013, pp. 103-119.

POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Surgimento e desenvolvimento das políticas socioambientais no Brasil. Principais políticas socioambientais brasileiras: educação, seguridade social, saneamento e proteção ambiental, urbana, agrária e outras. Contextos socioambiental, econômico e político das políticas públicas no Brasil.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

DRAIBE, S. O sistema de proteção social: O legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. Cadernos Pesquisa, n. 33, NEPPP/UNICAMP, Campinas, 1998. Disponível em 4f1bbcf53beedc00d100592d0efa3f98.pdf (unicamp.br) Acesso em nov. 2020.

VIANA, G., et al Org. O Desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Bibliografia complementar

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. Desafios para a política social brasileira. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão nº 985). Disponível em Microsoft Word - Texto1.doc (ipea.gov.br) Acesso em nov. 2020.

CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, V. C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. Revista Planejamento e Política Pública, Brasília-IPEA, n. 12, p. 63-88, jan/dez. 1995. Disponível em Microsoft Word - 4_VPinheiro.DOC (ipea.gov.br) Acesso em nov. 2020

SAMPAIO, Helena Stela. Sostenibilidad del modelo de protección ambiental - Costa Oeste CE/BR: síntesis de la implantación de las áreas de protección ambiental - APA. Balti: Publicia, 2017.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Planejamento governamental no Brasil. Processo de planejamento-orçamento. Plano plurianual. Lei de diretrizes orçamentárias. Lei orçamentária anual. Indicadores sociais. Avaliação do plano plurianual.

Bibliografia básica

CARDOSO JR, J. C.; CUNHA, A. dos S. (Org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2001.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, P. R. Planejamento no Brasil: memória histórica. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 18, p. 157-190, 2004.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, F. R.; JANKOSKI, A. R. M. C.; OLIVEIRA, A. G.; RASOTO, V. I. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 191-212, 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, v. 46, n. 5, p. 1271-294, 2012.

FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II Carga horária: 64 horas

Ementa: Processo de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas com ênfase na implementação. Instrumental analítico para a compreensão de processos de implementação de políticas públicas. Ferramentas para o controle da implementação de políticas. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.

Bibliografia básica

FARIA, C. A. P. de. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out. 2005.

LOTTA, G. S. (Org.) **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

TREVISAN, A.P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. RAP. Rio de Janeiro n. 42, v.3, p.529-50, maio/jun. 2008.

Bibliografia complementar

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público, ano 51, n.4, out./dez 2000.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013

JANNUZZI, P. De M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005, p. 137-160

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. [Tradutor: Arthur Eduardo Moura da Cunha]. Brasília: Enap, 2019.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. 2000. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16.

e) Quinto e Sexto Semestres

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Carga horária: 128 horas

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Carga horária: 128 horas

f) Sétimo Semestre

PROJETO DE MONOGRAFIA**Carga horária:** 64 horas**EMENTA:** Planejamento de um projeto de pesquisa em Políticas Públicas.**Bibliografia básica**

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, Bokman, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. de; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 8.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: princípios gerais para elaboração de projetos de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007 (Cap.11).

MACIEIRA, S. Como elaborar projeto, monografia e artigo científico. 5.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007 (Cap.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 2. ed. brasileira. São Paulo: EPU, 1987

g) Oitavo semestre**MONOGRAFIA****Carga horária:** 64 horas

11.6.2 Disciplinas Eletivas/Opcionais a serem oferecidas a partir do quinto semestre

11.6.2.1 Ênfase: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento

PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: A participação na teoria e na prática das democracias contemporâneas. Panorama Geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia. As relações entre participação e representação; clientelismo e participação; desigualdade, exclusão social e participação política no Brasil. Participação nos espaços públicos, nos orçamentos participativos e nos Conselhos Gestores de políticas públicas no Brasil.

Bibliografia básica

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
 MESQUITA, N. C. (ORG.). **Brasil, 25 anos de Democracia: Participação, Sociedade Civil e Cultura Política**. Fundação Konrad Adenauer. 2015
 PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006
 DAGNINO, E. M. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
 PONTUAL, P. et al (Orgs.). **Participação social: desafios para a democracia contemporânea**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005
 WEFORT, F. (Org.). **Os clássicos da política** (v. 1 e 2). São Paulo: Ática, 2006.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Falhas de mercado. Funções econômicas do setor público. Escolha pública e *rent seeking*. Evolução dos gastos públicos. Setor público no Brasil. Orçamento público. Seguridade social. Teoria da tributação. Federalismo fiscal no Brasil.

Bibliografia básica

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
 GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.
 KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
 REZENDE, F. et. al. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia complementar

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 13. ed. São Paulo: Atlas. 2005.
 KLIASS, P. **O debate sobre a atuação empresarial estatal no país: principais argumentos**. IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional, n. 15, 2018.
 LARIÚ, C. I. A política social que queremos: um embate entre universalismo e focalização. **Revista do Serviço Público**, 55, n. 4, p. 71-75, 2004.
 PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JR., R. (Org.). **Manual de economia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 RIANI, F. **Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória**. LTC, 2016.

POLÍTICAS URBANAS**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Matrizes teóricas do fenômeno urbano e planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil e contextualização do processo de urbanização brasileiro. O Estado e a

produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano no Brasil e a articulação de políticas urbanas.

Bibliografia básica

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p. ISBN 9788588208971

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 204 p. ISBN 9788532626332.

ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos B; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 192p. (Coleção Zero à Esquerda). ISBN 8532623840

Bibliografia complementar

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 590p. ; (Coleção pensamento crítico ;v.48) ISBN 9788577530809

SIMMEL, Georg. **O fenômeno urbano**. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 143p

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p. ISBN (broch.).

TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso) , v. 28, p. 29-52, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100003>

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL Carga horária: 64 horas

EMENTA: A abordagem territorial em políticas públicas. Territórios, conflitos, decisão e poder. Políticas e planejamento de intervenção territorial no Brasil. Desenvolvimento rural e abordagem territorial A questão urbana e a abordagem territorial. Experiências recentes de planejamento de intervenção territorial no Brasil nos espaços rurais e urbanos.

Bibliografia básica

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 3, IPEA, 2009.

FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio M.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Bibliografia complementar

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUANZIROLI, C. E. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. In: **Anais...Congresso da SOBER**, Porto Alegre, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.

VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: Rothman, F. D. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008, p. 39-63.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES Carga horária: 64 horas

EMENTA: A Questão Agrária no Brasil. Intervenção do Estado Brasileiro na estrutura agrária e agrícola. O sistema agroalimentar no Brasil. Relação entre agricultura e desenvolvimento. Análise de políticas públicas no setor rural com ênfase para o sistema agrário e agrícola. Ação recente do Estado e suas novas modalidades de intervenção nos sistemas agrário e agrícola. Políticas setoriais. Políticas

para a Agricultura Familiar, Orgânica e Agroecológica.

Bibliografia básica

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2009

LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011.

Bibliografia complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

DELGADO, G. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, Vol. 7, p. 57-87.

LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural: configurações rural-urbanas- poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/ Edur, 2007.

NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. dos R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 1995, v. 8.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Relações entre os tipos de recursos naturais, modos de apropriação e regimes de propriedade. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil.

Bibliografia básica

LUNELLI, Carlos Alberto (Coord). **Direito, ambiente e políticas públicas**, volume 2. Curitiba, PR: Juruá Ed., 2011. 225 p.

POLÍTICAS públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. 299 p.

SOLLA, José (ed.). **Relatório Rio+20 o modelo brasileiro: relatório de sustentabilidade da organização da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: FUNAG, 2012. 143 p.

Bibliografia complementar

AGUIAR, Roberto A.R. de. **Direito do meio ambiente e participação popular**. 3. ed. Brasília, DF: IBAMA, 2002. 136 p. (Meio ambiente. Educação ambiental).

BORRÀS, Susana. **El Coste Humano de la Degradación del Medio Ambiente: La Migración Ambiental**. In Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos. Ano 15, Vol. 15, Número 15. IBDH: Fortaleza, 2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: bases para a discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. 436p.

CUSTÓDIO, André Viana (Org.). **Meio ambiente, constituição e políticas públicas**. Curitiba, PR: Multidéia, 2011. 197 p.

AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Agroecologia: concepção, princípios e história. Sujeitos da Agroecologia. Estrutura agrária nos territórios da agroecologia. Agroecologia e seu sistema agroalimentar. As estatísticas do governo sobre agricultura familiar: os Censos Agropecuários. Legislação da Agricultura Familiar.

Intervenção do governo e suas políticas setoriais para a Agricultura Familiar, Orgânica e Agroecológica. Ação política e relação entre sociedade civil e governo.

Bibliografia básica

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.

LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001

Bibliografia complementar

CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998

LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011.

SILVA, J. G. da; VERENA, S. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

POLÍTICAS DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Carga horária: 64 horas

EMENTA: Histórico e evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Debate teórico sobre a os principais conceitos envolvidos e em disputa. A realidade da insegurança alimentar e nutricional na população brasileira. Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional: marcos regulatórios, elementos constitutivos, indicadores, planos, monitoramento e avaliação.

Bibliografia básica

CASTRO, J. de. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão e aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEÃO, M. (Org.). **Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. Decreto Nº. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa civil, Subchefia de assuntos jurídicos**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). **A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada**: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto fome zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

VALENTE, F. L. S. (Org.). **Direito humano à alimentação**. São Paulo: Cortez, 2002.

INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Carga horária: 64 horas

EMENTA: Debate sobre intersectorialidade e concepções de desenvolvimento. Construção da intersectorialidade nos marcos legais e programas basilares: propostas e desafios. Intersectorialidade com as políticas de assistência social, educação, saúde, desenvolvimento agrário, agroecologia, gênero, habitação e trabalho e renda.

Bibliografia básica

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). **A segurança alimentar e nutricional e o Direito à alimentação adequada:** indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010.

CONTI, I.L et al. (Org). Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 80 p.

INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos:** desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, 2001, p. 102-110.

Bibliografia complementar

LEÃO, M. (Org). **Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.

MALUF, R. S. Jamil. **Segurança alimentar e nutricional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço social e sociedade.** São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NAVARRO. N. **A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil:** o Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos: 2011. Dissertação (mestrado em administração pública e governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. p. 16-31.

SPOSATI. A. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 10, p. 435-458. Jul./dez.2007.

EDUCAÇÃO E CULTURA ALIMENTAR

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Caracterização da diversidade cultural no Brasil. As raízes culturais nas diversas regiões do País. Determinantes da cultura alimentar brasileira. Hábitos alimentares que guardam traços da herança cultural e a forma como estes são mantidos. Influência da globalização e da industrialização nos hábitos alimentares brasileiros. Produção e consumo de produtos da agricultura familiar camponesa. Programas de educação e cultura alimentar.

Bibliografia básica

AGUIAR, O. B; PADRÃO, S. M. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 143, p. 121-139, jan./abr. 2022

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira (2014).

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

CANESQUI, A.M.; GARCIA, W. M. (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984.

DA MATTA. R. O que faz o Brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREYRE, G. Casa grande e senzala. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

Bibliografia complementar

CEARÁ. Segurança alimentar e nutricional. O direito humano à alimentação adequada (2008).

DOSSIÊ: Conexões entre a pandemia da Covid 19 e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Revista Segurança Alimentar e Nutricional da Unicamp., Campinas, v. 28, 2021.

MARTINS, B. B. Do Fome Zero ao Bolsa Família: da emancipação ao assistencialismo? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelota, 2011.

PORTO, Ana Carla Vaz et. all. Desmonte de políticas públicas: a rearticulação dos atores do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Conjecturas, ISSN: 1657-5830, Vol. 22, Nº 2.

RELATÓRIO SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO NO MUNDO 2020.

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Discussão sobre a relação entre cidadania, direitos humanos e políticas públicas em um capitalismo excludente. Descentralização das políticas públicas: os desafios municipais. Institucionalização do controle social como exercício regular nas políticas: formulação, financiamento, monitoramento e avaliação. Conselhos de políticas públicas.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: www2.unemat.br Acesso em março de 2020.

HARVEY, David. Espaços de esperança. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 382 p.

Bibliografia complementar

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; TALBOT, Virginia (org.). Conselhos gestores de unidades de conservação federais: um guia para gestores e conselheiros. 2.ed. Brasília, DF: ICMBio, 2015. 42 p. ISBN Recurso eletrônico. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000086/000086a0.png>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ARAUJO, Silvana Martins de (org.). Conselhos estaduais de esporte e lazer no nordeste brasileiro: participação popular e controle social em questão. São Luís: EdUFMA, 2011. 153 p.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Conhecimento em gestão participativa: relatório e pesquisas. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 91 p.

DEMOCRACIA, transparência e desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Konrad Adenauer Stiftung, 2007. 215 p.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e nutricional. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 174 p.

AGÊNCIAS MULTILATERAIS E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Governança Global e planejamento de políticas públicas. A agenda do desenvolvimento e as políticas públicas. Agências Multilaterais e planejamento de políticas públicas. Agências Multilaterais e planejamento de políticas públicas para o Desenvolvimento no Brasil.

Bibliografia básica

CHACON, Suely Salgueiro e NASCIMENTO, Verônica Salgueiro de. Para além do (pré)conceito e do discurso. Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. Revista Aval. v. 4 n. 18 (2020): Julho/Dezembro.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONÇALEZ, Manuel José Forero; ALMEIDA, Nathália Filgueiras. A Lógica de Funcionamento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o seu Relacionamento com o Brasil no período 1990-2012. Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI. N. 16. Jan./Abr. 2014.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONÇALEZ, Manuel José Forero; ALMEIDA, Nathália Filgueiras. As relações econômicas do Brasil com os principais bancos multilaterais de desenvolvimento (1990-2012). Texto para Discussão 2004. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

GONÇALVES, Alcindo e COSTA, José Augusto Fontoura Costa. Governança Global e regimes internacionais. São Paulo: Almedina, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

RACHED, Gabriel. A evolução das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial no contexto das transformações internacionais. (Axe II, Symposium 8). Independências - Dependências - Interdependências, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France.

Bibliografia complementar

CNUMAD. Agenda 21. 3ª. Ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL/MMA. Agenda 21 brasileira – Ações prioritárias. Brasília: MMA, 2002.

CAVALCANTI, Ana C.R. O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial em influenciar a política urbana brasileira: o paradigma da economia de mercado e a questão metropolitana. RII – VIII Seminário Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Rio de Janeiro, 25 a 28 de maio de 2004.

CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e Dissertações Vol. 8.

ONU Portugal. Declaração do Milênio. United Nations Millennium Declaration DPI/2163/Portuguese/2000. August 2001 Published by United Nations Information Centre, Lisbon, 2000.

ONU-BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015.

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO Carga horária: 64 horas

EMENTA: Estrutura fundiária e a questão agrária no Brasil. O campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Políticas públicas, mobilidade campo-cidade e novas ruralidades. Contribuição dos clássicos da sociologia no pensamento sobre a cidade. Análise de algumas perspectivas da sociologia urbana: Escola de Chicago (ecologia humana); urbano como “forma cultural”; as cidades como “estilo de vida”; a cidade como “sistema sociocultural” e o urbano como “espaço de reprodução das relações sociais capitalistas”.

Bibliografia básica

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J C (Org.).

Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

Bibliografia Complementar

LAVINAS, L, CARLEIAL, L. M. da F. e NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR, Hucitec, 1993.

LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural: configurações rural-urbanas- poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: **Revista Sociologias** - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.

WANDERLEY, M. de N. B.. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000.

GESTÃO MUNICIPAL E DE TERRITÓRIOS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Organização política do território. Perspetivas estratégicas do desenvolvimento de cidades e territórios. O local no contexto nacional e global. Marcos legais da política urbana no Brasil. Governança. Descentralização e Controle. Instrumentos para o planejamento e controle do uso e

ocupação do solo e da gestão do território municipal. Análise crítica da implementação de políticas urbanas.

Bibliografia básica

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, Planejamento urbano: para quê e para quem? In **Revista de Direito da Cidade** vol.04, no 01. 2012.

PINHEIRO, O. M.(Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008

VELOSO, João Francisco Alves. **Gestão Municipal no Brasil**: um retrato das prefeituras. Brasília, DF: IPEA, 2011. 305p. ISBN 9788578111007 (broch).

ARRETCHE, Marta T. S. **O Mito da Descentralização: Maior Democratização e Eficiência das Políticas Públicas?** Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31_03.pdf

Bibliografia complementar

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios, In **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; CAPASSO, Marcelo Mota. **A falência seletiva do Plano diretor de Fortaleza**. Cadernos Metrople, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 763-86, mai/ago 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/63662>.

PEQUENO, Renato. **Adoção das condições de moradia em Fortaleza como temática de projeto urbanístico voltado para a reversão das desigualdades sócio-espaciais**.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Princípios de contabilidade e orçamento público. O processo orçamentário como instrumento de planejamento. Administração financeira em entidades públicas. Novas abordagens do orçamento público. Fundos públicos e o financiamento de políticas sociais. Sustentabilidade na gestão do orçamento público.

Bibliografia básica

GIACOMONI, James. Orçamento público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PALUDO, Augustinho. Orçamento público, administração financeira e orçamentária e lei de responsabilidade fiscal: teoria e questões. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2011. 414 p. (Série provas e concursos). ISBN 9788535244199 (broch.).

POCHMANN, M. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, J.. Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-78.

Bibliografia complementar

BRASIL. Constituição Federal de 1988, Lei 4320/1964, Decreto 93.872/86, Lei Complementar 101/2000 e Medida Provisória 2170-36/2001.

CORE, F. G. Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. ENAP. Texto para discussão nº 44, Brasília, 2001

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Dívida pública brasileira e compressão do orçamento: o que resta aos trabalhadores. Nota técnica n. 148, set. 2015.

GOBETTI, S. W.; SCHETTINI, B. P. Dívida líquida e dívida bruta: uma abordagem integrada para analisar a trajetória e o custo do endividamento brasileiro. Brasília: IPEA, Texto para discussão n. 1514, dez. 2010.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 13.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. 410p. ISBN 9788522478496 (broch.).

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de direito financeiro. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP:

Revista dos Tribunais, 2010. 701 p. ISBN 9788520336267 (broch.).
 POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.
 SICSÚ, J. Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.

ATELIÊ DE POLÍTICAS DO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Estudo de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.

Bibliografia básica

BERCOVICI, G. Vinte anos da Constituição Federal: avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. In: CARDOSO JR, J. C; SIQUEIRA, C. H. R. de (Orgs.). **Diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009
 DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.
 GUIMARÃES, J. (Org.). As políticas sociais. In: As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 9-41.

Bibliografia complementar

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análises de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: DE LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Mundo rural**: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ Eduar, 2007.
 GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, São Paulo, mai./aug, 2004.
 INOJOSA R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, 2001, n. 22, p. 102-110
 SALES, I. da C. Os conselhos e a gestão democrática: armadilhas e possibilidades. In: PONTUAL, P. et.al. (Orgs.). **Participação social**: desafios para a democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005, p. 40-52.
 TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em planejamento de gestão pública.

Bibliografia básica

BERCOVICI, G. Vinte anos da Constituição Federal: avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. In: CARDOSO JR, J. C; SIQUEIRA, C. H. R. de (Orgs.). **Diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009
 DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.
 GUIMARÃES, J. (Org.). As políticas sociais. In: As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 9-41.

Bibliografia complementar

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análises de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: DE LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Mundo**

rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ Eduar, 2007.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, São Paulo, mai./aug, 2004.

INOJOSA R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, 2001, n. 22, p. 102-110

SALES, I. da C. Os conselhos e a gestão democrática: armadilhas e possibilidades. In: PONTUAL, P. et.al. (Orgs.). **Participação social:** desafios para a democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005, p. 40-52.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Fundamentos educacionais, históricos e políticos da educação em direitos humanos. Interfaces entre multiculturalismo, diversidade e educação. Análise dos princípios, metas e objetivos das políticas de educação em direitos humanos. Pesquisa da incorporação das diversidades socioculturais nas políticas de educação em direitos humanos.

Bibliografia básica

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. **Revista de Educação**, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília, 2013.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. **Revista de Educação**, v. 36, p. 28-34; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Selma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Revista de Educação**, v. 36, p. 50-58; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

Bibliografia complementar

CABEZUDO, Alicia. Acerca de una educación para la paz, los derechos humanos y el desarme: desafío pedagógico de nuestro tempo. **Revista de Educação**, v. 36, p. 44-49; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos:** temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior:** subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kath. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 6. ed. Petrópolis, R. J.: Vozes, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES) nº 135, 1999.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Constitucionalismo, Classificação das Constituições e Sistemas Constitucionais. As Constituições Brasileiras. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a relação entre os Poderes. Federalismo e relação jurídica entre entes federados. O controle da constitucionalidade das leis no Brasil.

Bibliografia básica

BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2014.
 Kelsen, H. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROSO, L.R.. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2006.
 Kelsen, H. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 NEGRI, A. O poder constituinte. Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: SP&A, 2002.
 SCHMITT, C. Teoría de la Constitución. Madrid: Alianza, 1992.
 ZIMMERMANN, A. Teoria geral do federalismo democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Elementos históricos da construção do setor saúde, elementos organizativos e participativos relativos ao controle e construção coletiva da saúde pública. Processos de formação e institucionalização das políticas e do sistema de Saúde no Brasil

Bibliografia básica

BAPTISTA, T.W.de F. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, G.C.; PONTES, A.L. de M. (Orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p.29-60. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26570> Acesso em nov. 2021.
 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ. Balanço e perspectivas da descentralização: o caso do Ceara. Fortaleza: IPLANCE, 1998. 150 p.
 HERZLICH, C. Saúde e Doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14 (2): 383-394, 2004. Disponível em: [miolo_Physis14_2 \(sciELO.br\)](http://miolo.physis14_2.scielo.br).

Bibliografia complementar

BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde) Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em [L8080 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em out. 2021.
 BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais: pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Pactos pela saúde, 1).
 CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (Brasil). A gestão do SUS. 1. ed. Brasília: CONASS, 2015. 133 p. (Para entender a gestão do SUS - 2015).
 HOSPITAL municipal de Maracanaú: reflexos das políticas nacionais de saúde em meio século de história. Brasília, DF: Editora MS, 2004. 297 p. (Série I. História da Saúde no Brasil).
 PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina P. Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. 191 p. (Justiça e desenvolvimento).

11.6.2.2 Ênfase: Políticas Sociais

ANÁLISE SOCIAL DA FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: O lugar da família na formulação e implementação de políticas públicas. Famílias e redes sociais: dinâmicas, configurações, funções e impactos na sociedade. Famílias e mudanças sociais. Famílias, Redes sociais e formas de proteção social. Família e Estado.

Bibliografia básica

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). Famílias, redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São

Paulo: Cortez, 2004.

ARIËS, P. História social da criança e das famílias. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (org.). Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CARVALHO, M. A Família contemporânea em debate. 4. ed. São Paulo: EDUC; Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

BARROS, M. L. (Org.) Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (org.). Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CAMPOS, C. E. A. e CARGIA, J. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. **Revista Katalisys**, vol. 10, n 1, 2007.

CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**, v. 12, 2003.

CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 86, 2006.

FARIA, C. A. P. Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In: STENGEL, M. et al. **Políticas públicas de apoio sócio familiar** Curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2001.

POLÍTICAS DE GÊNERO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Debate teórico sobre as relações de gênero: diferentes perspectivas. Gênero e orientação sexual na agenda da política social. Desigualdade de Gênero: desenvolvimento e pobreza, demografia/saúde, educação, trabalho, política, violência. As relações e as hierarquias sociais com base no gênero, suas características principais em diferentes espaços, as formas como as diferenças são criadas e naturalizadas e seus impactos sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.

Bibliografia básica

WICHTERICH C.; AZEVEDO F. **Direitos Reprodutivos e Sexuais**. Fundação Heinrich Böll, 2015.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: **Educação e Realidade**. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995.

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

Bibliografia Complementar

CASTRO, M.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, J. GÊNERO: Uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação e realidade**. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Contextualização sócio histórica da infância no Brasil. Políticas públicas que coloquem em primeiro plano a melhoria de vida de crianças. Considera questões como raça, etnia, gênero e região. Políticas vinculadas à educação, saúde, desenvolvimento e assistência social.

Bibliografia básica

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de. BARRETO, Angela Maria; ALMEIDA, Aidê Cançado; COELHO, Rita de Cássia (unesco). Os serviços para a criança de 0 a 6 anos no Brasil: algumas considerações sobre o atendimento em creches e pré-escolas e sobre a articulação de políticas. Brasília, DF: UNESCO, 2003. PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina P. Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Universidade Santa Ursula, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990. Brasília, 1990 (Edições: 1, 2, 3 e 7). CAMPOS, Maria Malta.; FERREIRA, Isabel M. Creches e pré-escolas no Brasil. 1 e 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1993. KUHLMANN JUNIOR; Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010. PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina P. Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. 191 p. (Justiça e desenvolvimento). PINHEIRO, Maria Talyta Mota. Atenção à saúde da criança: programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica no Estado do Ceará. 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

POLÍTICAS DE JUVENTUDES

Carga horária: 64 horas

EMENTA: A construção sócio histórica da juventude. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa social sobre juventude, Dinâmicas sociais das redes sociais e ações coletivas da juventude. Condição juvenil e sua articulação com as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe na sociedade brasileira. Políticas de Juventude.

Bibliografia básica

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2008. CRUZ, L; GUARESCHI, N. Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. SPOSITO, Marília Pontes (coord.). O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês (org.). Políticas públicas e juventude. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2005.

Bibliografia complementar

CONSTRUÇÃO COLETIVA: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008. 362p. – (Coleção educação para todos; 3). WASELFISZ, Júlio Jacobo. Homicídios e juventude no Brasil: atualização 15 a 29 anos. Brasília, DF: Qualidade, 2014. ERIKSON, Erik H.; CABRAL, Álvaro. Identidade: juventude e crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Contextualização sócio histórica do envelhecimento, a partir da realidade brasileira. Concretização da cidadania através do espaço político. Questões referentes aos Direitos do idoso na legislação brasileira: Constituição Federal, Política Nacional do Idoso, Lei sobre a Organização da Assistência Social (LOAS) e Estatuto do Idoso. Papel do poder público e da sociedade civil

organizada e o terceiro setor.

Bibliografia básica

BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, 1ª edição. 2004. 71p.

COSTA, F. G.; FAVÉRO, M. H. As transformações das representações sociais sobre o envelhecer, o envelhecimento e o idoso: uma pesquisa de intervenção. In. ARAÚJO, L. F. de; CARVALHO, C. M. R. G. de; CARVALHO, V. A. M. de L. **As diversidades do envelhecer**: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: Editora CRV, 2009. Capítulo 5, p. 75-86.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro-RJ, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília-DF, 2006.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Envelhecimento no século XXI: celebração e desafios**. 2012. Disponível em:

<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf>. Acessado em: 05/02/2013.

MENDES, M. R. S. S. B. et. al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enfermagem**, São Paulo-SP, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/apv/v18n4/a11v18n4.pdf>. Acessado em: 02/12/2012.

RESENDE, M. C. F.; DIAS, E. C. Cuidadores de idosos: um novo/velho trabalho. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro-RJ, v.18, nº4, 2008.

POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA Carga horária: 64 horas

EMENTA: Trabalho, emprego e desemprego na atualidade. A questão dos direitos do trabalhador e da proteção social. Princípios para uma política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil. Principais propostas de políticas públicas e programas na realidade brasileira: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, Políticas de qualificação e certificação. Políticas de trabalho e emprego para a juventude, Políticas de diversidade e inclusão no trabalho.

Bibliografia básica

CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. Estudos Avançados, 19(55), 2005, p. 85-104. Disponível em: SciELO - Brasil - As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul Acesso em jan. 2021.

MORETTO, A. J. Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: [amilton.moeretto.indd \(ilo.org\)](mailto:amilton.moeretto@ilo.org) Acesso em jan. 2021.

PICCININI, V. et. al. O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Bibliografia complementar

ANDRADE, C. C. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA, Mercado de Trabalho, 37, 2008, 25-32. Disponível em: bmt37_09_juventude_e_trabalho.pdf (ipea.gov.br) Acesso em jan. 2022.

ANDRADE, Juliana Oliveira ; CARVALHO NETO, Antonio (org.). Mulheres profissionais e suas carreiras sem censura: estudos sob diferentes abordagens. São Paulo: Atlas, 2015. 210 p.

FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 127 p. (História do povo brasileiro).

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, 117, 2002, p.197-217. Disponível em: [n117a11 \(scielo.br\)](http://n117a11.scielo.br) Acesso em jan. 2022.

POSTHUMA, Anne Caroline (org.). Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34, 1999. 471 p.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE MICROFINANÇAS E Carga horária: 64 horas MICROCRÉDITO

EMENTA: Noções sobre microfinanças e microcrédito. Contextos políticos: a mundialização do capital e a reestruturação contemporânea do trabalho. A gênese do microcrédito e sua trajetória na América Latina e no Brasil. Políticas de microcrédito no Ceará: ações, limites e possibilidades. O microcrédito no campo da Economia Solidária.

Bibliografia básica

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo, Editora Ática, 2000.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARONE, F. M. et.al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 2002

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

PAULINO, G. L. **Economia Solidária como projeto cultural e político**: a experiência do Banco Palmas. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Direitos humanos, direitos civis e direitos dos povos: um prefácio das políticas para a inclusão social. Igualdade e diferença: a construção jurídica da exclusão. Políticas de reconhecimento e seus fundamentos: universalismo versus diferencialismo. Ação afirmativa e políticas compensatórias ao redor do mundo. O princípio constitucional da igualdade e a formulação de políticas afirmativas no Brasil.

Bibliografia básica

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. C. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.

CANDAUI, V. M. F. (Coord.) **Somos todos / as iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, outubro 2002: 7-20

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

SADER, E. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Bibliografia complementar

BENEVIDES, M. V. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. (Págs. 335-350).

CAUMO, B. L. & CALAZANS, M. E. Políticas públicas para a população LGBTI no Brasil. VII Seminário Corpo, Gênero e sexualidade. Universidade Federal do Rio Grande. Setembro de 2018.

PEREIRA, P. A. P. **Política Sociais: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, R. E. N. **A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe**:

inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 200-224, mês dez, 2020.

SILVA, J. M. C. da. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. R. Fac. Dir. UFG, v.35, n. 01, p. 160-185, jan. / jun. 2011

VEIGA NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. Pro-posições, v. 12, n. 2-3 (35-36). jul.-nov. 2001.

XAVIER, L. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? Revista em Pauta. Rio de Janeiro - 2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 18 – 37.

ECONOMIA DO TERCEIRO SETOR

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Formação do terceiro setor no Brasil. Terceiro setor e formas jurídicas. Atividades das entidades do terceiro setor. Tributação do terceiro setor, imunidade e isenção. Serviço voluntário e trabalho no terceiro setor. Qualificação como organização social e contrato de gestão. Qualificação como organização da sociedade civil de interesse público e termo de parceria. Organizações da sociedade civil e instrumentos para a parceria com o poder público.

Bibliografia básica

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

PESSÔA, L. C.; TREZZA, V. M. **Principais problemas na regulação tributária das organizações da sociedade civil:** incidência sobre a folha de pagamento e certificações. In: Encontro da ANPAD, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista da Administração Pública**, n. 44, v. 6, p. 1301-1325, 2010.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2009. (Cap. 1 a 3).

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: MARE, 1998.

GRAZZIOLI, A. **A questão remuneratória dos dirigentes das organizações da sociedade civil**. Seminário do Terceiro Setor, I, 28 e 29 de novembro de 2016, São Paulo: ILP, 2016.

LOPES, L. de F., SANTOS, B. dos, BROCHARDT, V. **Entenda o MROSC** - marco regulatório das organizações da sociedade civil: lei 13.019/2014. Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República, 2016.

MELLO, J., ANDRADE, P. G. **Diferenças metodológicas entre Mapa das OSCs/Ipea e FASFIL/IBGE:** pontos sobre as principais referências de estudos sobre as organizações da sociedade civil no país. Brasília: IPEA, 2019.

GESTÃO DO TERCEIRO SETOR

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Elementos e racionalidade da Gestão Social. Princípios orientadores do Planejamento no Terceiro Setor. Gestão de Organizações da Sociedade Civil: importância e elementos constituintes. Processos organizacionais no Terceiro Setor. Gestão de Pessoas. Gestão de Contratos. Sustentabilidade organizacional.

Bibliografia básica

BORGES, Renata Farhat (T.). Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2003. 206 p. ISBN 9788575960080 (broch.).

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. 3, art. 1, p. 681-703, 2011.

MOTTA, Fernando C. P. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo, Brasiliense, 1981. 170p.

PAES, J. E. S. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 8 ed. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2013.

SERVA, M.O fenômeno das organizações substantivas. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 2, p. 36-43, 1993.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. Revista De Administração Pública, 33(5), 85 a 102, 1999.

TENÓRIO, Fernando (org). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG. MROSC na prática: Guia de orientações para gestoras e gestores públicos e para Organizações da Sociedade Civil. ABONG: 2017.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Org. Laís de Figueirêdo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt – Brasília: Presidência da República, 2016. 130p, ISBN 978-85-85142-71-1, 2016.

CANÇADO, Airton Cardoso (org.); TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeova Torres. Gestão social: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Unijuí, 2012. 456 p. (Gestão e desenvolvimento). ISBN 9788574299983.

CARVALHO, Nanci Valadares de. Autogestão: o governo pela autonomia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983. 156 p. ISBN (broch.).

CHIANCA, E. M. T. e SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. São Paulo: Global Editora, 2001.

GOMIDE, D. Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.

FERRAREZI, E. OSCIP passo a passo: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e firmar Termo de Parceria. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2003

HUDSON, M. Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

LACRUZ, A. J. Gestão de projetos no terceiro setor: uma proposta de metodologia para associações e fundações sem fins lucrativos. Mundo Project Management, Curitiba, MPM, jun-jul., 57, 34-40, 2014.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Gênese da Economia Solidária. Discussão sobre os conceitos de solidariedade, cooperativismo e economia familiar. Tensões entre a economia solidária e o mercado. Políticas Públicas de Economia Solidária. Experiências em Economia Solidária na América Latina, Brasil e no Ceará: ações, limites e possibilidades.

Bibliografia básica

CAILLÉ; A.; GRAEBER, D. Introdução. IN: MARTINS, P. H. (Org.). **A dívida entre os modernos**. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARILENE ZAZULA BEATRIZ. **Economia Solidária: Os Caminhos da Autonomia Coletiva**. Juruá, 2012.

MARIA ISABEL RODRIGUES LIMA. **Economia Solidária e Vínculos**. Editora Ideias e Letras, 2013.

Bibliografia Complementar

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANÇA Filho, G. C. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, Porto Alegre, 2, n1, jun, 2002. 123-140.
 SINGER, P; SOUZA, A. R. de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOVIMENTOS E CONFLITOS SOCIAIS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Interpretações dos conflitos sociais a partir das perspectivas teóricas sociológicas, antropológicas e históricas. Críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos. Conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede. Conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação. Políticas públicas e Sujeitos e Grupos que vivenciam conflitos de gênero, étnicos, intergeracionais, internacionais, conflitos sócio espaciais. Processos sociais que envolvem identificação e enfrentamento coletivo. Articulação e conflitos sociais nos movimentos sociais. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Redes de Movimentos Sociais e globalização.

Bibliografia básica

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 170 p.
 BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 747 p.
 GARCÍA CANCLINI, Néstor. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003. 223p.

Bibliografia complementar

CARLEIAL, Adelita Neto (org.). Projetos nacionais e conflitos na América Latina. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará: EdUECE, 2006.
 DAMASCENO, Ilaina; MALHEIROS, Tatiana (org.). Espaços plurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 428 p.
 GARCÍA CANCLINI, Néstor. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 284 p.
 MONTIEL, E. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUN, A. (Org.). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.
 OUTO, Aiala Colares de Oliveira; SANTOS, Tiago Veloso dos; RIBEIRO, Wilame de Oliveira (org.). Amazônia: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais. Belém, PA: EdUEPA, 2019. 311 p. (Coleção Saberes Amazônicos). Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000067/0000670d.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADE

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Concepções de cidadania e de direitos sociais. Reflexões sobre atores da sociedade civil, opinião pública e meios de comunicação. Relações entre Política e Direito. Interfaces entre Constituição, legalidade e legitimidade. Noções de processos legislativo e judiciário. Pesquisa sobre o enfrentamento institucional das desigualdades sociais no Brasil.

Bibliografia básica

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2000, n. 50, pp. 25-46.
 BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
 CABRAL, Manuel Villaverde. O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2003, v. 18, n. 51, pp. 31-60.
 CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. São Paulo, Civilização Brasileira. 2008.
 MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Bibliografia complementar

ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. BIB: **Boletim**

Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 39.

- CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional didático**. 2.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 1992.
- DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina P. **Mobilização, participação e direitos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- MOREIRA, Luiz. **Com Habermas, contra Habermas: direito, discurso e democracia**. São Paulo, SP: Landy, 2004.
- LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade**. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- MULLER, Friedrich. **Quem é o povo?** a questão fundamental da democracia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Max Limonad, 2003.
- NEVES, Marcelo; COSTA, Antônio Luz (Trad.). **Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- SILVA, José Afonso da. **Processo Constitucional de Formação das Leis**. 2o. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007,
- RIZEK, Cibele Saliba. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003, v. 18, n. 51, pp. 161-165.
- VALLE, Vivian Cristina Lima López; MARTINELLI, Gustavo; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto. Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, vol. 7, n. 1, p. 143-166, ene./jun. 2020.
- BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 59-85, 2012.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS**Carga horária: 64 horas**

EMENTA: Conceitos básicos sobre projetos e organizações do Terceiro Setor. Planejamento, elaboração e gestão de projetos sociais. Captação de recursos para projetos sociais. Monitoramento e avaliação de projetos sociais.

Bibliografia básica

- ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. (Coleção Alencar). ISBN: 978-85-862-2517-8.
- CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN: 978-85-224-8998-5.
- SAMSÃO, V., MATHIAS, W.F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN: 978-85-224-5033-6.

Bibliografia complementar

- BAPTISTA, M. V. Planejamento social. São Paulo: Veras Editora, 2002.
- KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- TENÓRIO, F. G. (Coord.). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROJETOS SOCIAIS**Carga horária: 64 horas**

EMENTA: Elaboração de Projetos para captação de recursos: princípios e técnicas. Captação e Gerenciamento de Recursos: conceitos e estratégias. Aspectos Contábeis e Dimensão Jurídica da

Captação de Recursos e Gestão de Projetos. Ferramentas, softwares, normativos e modelos utilizados no trabalho de captação de recursos.

Bibliografia básica

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para organizações do terceiro setor. São Paulo, SP: Atlas, 2005. 164p.

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre, RS: Tomo, 2000. 94 p. (Coleção Amencar).

MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira; MIRANDA, Rodrigo Oliveira; FERRAZ, Serafim Firmo de Souza. Empreendedorismo social e a geração de recursos próprios em ONGs cearenses. Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, Fortaleza, v.13, n.2, p. 105-132, mai/ago 2015. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/00002f/00002fe6.pdf>>. Acesso em: MAIO 2022.

Bibliografia complementar

CANTON, Antonia Marisa. Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor. São Carlos, SP: Roca, 2002. 161 p.

COSTA, A.T. Administração de entidades sem fins lucrativos. São Paulo: Nobel, 1992.

DINSMORE, Paul C.; CABANIS-BREWEN, Jeannette. AMA: manual de gerenciamento de projetos. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. xxiv, 512. p.

DINSMORE, Paul C. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro-base de 'Preparação para certificação PMP® - Project management professional'. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitmark, 2011. xxiv, 383p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 3. ed. São Paulo: Pioneira, c1995. xvii, 166 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (org.); LAVILLE, Jean-Louis. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade).

OLIVEIRA, GUSTAVO JUSTINO DE; ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Direito do terceiro setor: atualidades e perspectivas. Curitiba: OAB, Seção do Paraná, 2006. 221 p. (Comissões ;v.4).

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DE PROJETOS SOCIAIS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Fundamentos de sociologia da mudança social. Detalhamento e aprofundamento da pesquisa sociológica. Caracterização sociológica de programas e projetos sociais. Exercício de pesquisa sociológica em projetos sociais. Descrição sociológica da formulação e/ou da gestão de projetos sociais.

Bibliografia básica

BECKER, Howard Saul. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PAUGAM, Serge (Org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Bibliografia complementar

BECKER, Howard Saul. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DESCONSI, C. (2019). Racionalidades e Complexidades em Planejamento e Gestão de Projetos. **Desenvolvimento em Questão**, 17 (49), 44–58.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito II**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.
 SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2003, v. 18, n. 51, pp. 15-20.

CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Dimensões sociológicas e antropológicas da cultura. Identidade e políticas culturais. Políticas culturais no Brasil. Cartografias das políticas culturais. Cultura popular. Políticas públicas e financiamento da cultura.

Bibliografia básica:

BOTELHO, I. **Modelos de financiamento da cultura: Os casos do Brasil, França, Estados Unidos e Portugal**. IN: MOISÉS, J.A. E BOTELHO, I. (ORGS.). Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.
 DE CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
 FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo, Pólis, 1993.

Bibliografia complementar

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-52
 BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.
 CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.
 CHAUI, M.. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.
 SOBRAL, M.C. et al. Estratégia de adequação para o mercado de produto popular – fit strategy. In: XXX Encontro Anual da ANPAD, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006. p. 1- 17.

GESTÃO DE PROJETOS E PRODUÇÃO CULTURAL

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Gestão Cultural: cenário, histórico e perspectivas. Conceitos e práticas de gestão cultural. Questões normativas do campo político-cultural. Elementos de gestão dos empreendimentos culturais. Projeto Cultural: concepção, elaboração, avaliação, gestão financeira e prestação de contas.

Bibliografia básica:

AVELAR, R. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.
 BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.
 MALAGODI, M. E.; CESNIK, F. de S. Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio. São Paulo: Escrituras, 1999.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, I.. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.
 CUNHA, M. H. **Gestão cultural**: profissão em formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.
 CUNHA FILHO, F. H. **Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988**. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.
 FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo, Pólis, 1993. LEITÃO, C. (Org.) **Gestão cultural**: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

ATELIÊ DE POLÍTICAS SOCIAIS**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Estudo de políticas e programas implementados por organizações do terceiro setor e de responsabilidade social corporativa.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan/FAPESE, 2000. 302 p.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. **Desafios para a política social brasileira.** Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n 985.).

DRAIBE, S. O sistema de proteção social: O legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas **Cadernos Pesquisa**, n. 33, NEPPP/UNICAMP, Campinas, 1998.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. **A cidadania no Brasil:** o longo caminho. São Paulo: Editora Record, 2001. 236 p.

HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, V. C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Revista Planejamento e Política Pública**, Brasília-IPEA, n. 12, p. 63-88, jan./dez. 1995.

PEREIRA, P.A. P. **Política social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1979.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM POLÍTICAS SOCIAIS**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em políticas sociais.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan/FAPESE, 2000. 302 p.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. **Desafios para a política social brasileira.** Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n 985.).

DRAIBE, S. O sistema de proteção social: O legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas **Cadernos Pesquisa**, n. 33, NEPPP/UNICAMP, Campinas, 1998.

Bibliografia complementar

CARVALHO, J. M. **A cidadania no Brasil:** o longo caminho. São Paulo: Editora Record, 2001. 236 p.

HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, V. C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Revista Planejamento e Política Pública**, Brasília-IPEA, n. 12, p. 63-88, jan./dez. 1995.

PEREIRA, P.A. P. **Política social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1979.

POLÍTICAS DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**Carga horária:** 64 horas

EMENTA: Debate teórico sobre temas como raça, racismo, etnocentrismo, relações de colonialismo e colonialidade. Os processos de formação socioeconômicos e culturais do Brasil e as contribuições dos povos negros e indígenas para a formação do país. As relações e as hierarquias sociais com base na raça, suas características principais em diferentes espaços, as formas como as diferenças são criadas e naturalizadas e seus impactos sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas. Políticas públicas e relações étnico-raciais: desenvolvimento e pobreza, demografia/saúde, educação, trabalho,

política, violência. Políticas públicas para ações afirmativas: transversalidade e interdisciplinaridade. A questão racial e a decolonialidade no campo de públicas.

Bibliografia básica

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
 MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.. Cadernos Penesb, Niterói, Editora da UFF, nº 5, p. 15-34, 2004.
 MUNDURUKU, Daniel. O Caráter Educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.
 MOURA, CLÓVIS. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo, Editora Perspectiva, 2019.
 NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
 RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986 - 2010) / Matilde Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : 368 p. ; 21 cm, Garamond, 2014.
 SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987
 SCHWARCZ, L. M. Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia complementar

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (Org.). Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial, 2006, p. 11-13.
 JACCOUD, Luciana (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.
 KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
 MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
 Munanga, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos Penesb, 12, 169-203, 2010.
 PINHO, O. A.; SANSONE, L. Raça : novas perspectivas antropológicas (organizadores). - 2 ed. rev. 447 p. Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008.
 NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. 2.ed. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ OR Editor, 2002a.
 SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2023
 RAMOS, A. G. "Patologia social do branco brasileiro". In: Introdução crítica à sociologia brasileira Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957. 216 p.

11.6.2.3 Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

Carga horária: 64 horas

EMENTA: A implementação e avaliação de Políticas Públicas. Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a o monitoramento e avaliação das Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação. Metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais. Avaliação do projeto.

Bibliografia básica

FRANCO, E; Cohen, R. **Avaliação de projetos sociais**. São Paulo: Vozes, 2000.
 GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. **Avaliação de Quarta Geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, M. O. da S. e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

Bibliografia complementar

BOULMETIS, J.; PHYLLIS, D. **The ABCs of evaluation: timeless techniques for program and project managers**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

CEPAL. **Manual: formulação e avaliação de projetos sociais**. Santiago: CEPAL/OEA/CENDEC, 1997.

COTTA, T. C. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. Revista do Serviço Público, v. 49, n.2, p. 105-126, abr./jun., 1998.

RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. **Serviço Social & Sociedade**, 53. Mar. 1997, p. 74-79.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II Carga horária: 64 horas

EMENTA: A dimensão política da avaliação. A avaliação no processo de políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. Tipologias e dimensões da avaliação de políticas públicas.

Bibliografia básica

GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 p. 27-58.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para Análise de Políticas Públicas: A Fusão de Texto e Contexto**. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.

SILVA e SILVA, M. O. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

Bibliografia complementar

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: Rico, E. Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998

BAKER, J. Avaliando o impacto de projetos de desenvolvimento voltados à pobreza. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO. M.C.B.(Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

Coimbra, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: Abranches, S.H.; Santos, W.G.; Coimbra, M.A. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CONTANDRIOPOULOS, A.P. Avaliando a institucionalização da avaliação. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(3):705-711, 2006.

TENÓRIO, F. G. e ROZEMBERG, J. E. Gestão de políticas públicas e cidadania: metodologias participativas em ação. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1997, 31 (4): 101-25.

METODOLOGIAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Carga horária: 64 horas

EMENTA: Diferentes abordagens teóricas e métodos específicos para avaliação de políticas públicas. Tipos de avaliação. Avaliação de impactos: modelo experimental clássico. Modelos quase-experimentais e não experimentais. Análise custo-benefício, análise custo-efetividade e sistemas de indicadores sociais. Avaliação por objetivos. Avaliação pluralista. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Indicadores para a avaliação.

Bibliografia básica

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012 . 318 p. ISBN 9788532610577 (broch.).

AGUILAR, Maria Jose. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

RICO, Elizabeth Melo (Org.); SAUL, Ana Maria (Org.) et al. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate . 3.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001. 155 p. ISBN 85 249 0674 (broch.).
 MENEZES FILHO, Naércio Aquino de (org.). Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. 186 p. ISBN 9788598149042 (broch.).

Bibliografia complementar

BANCO DO BRASIL. Avaliação de programas e projetos sociais: a experiência da Fundação Banco do Brasil / Organizador Artur Roman - Brasília DF: Fundação Banco do Brasil, 2013. 194 p
 BANCO MUNDIAL. Monitorização & Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington DC, s/d
 BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Sumário Executivo Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2ª Rodada (AIBF II). Brasília: MDS 2012
 HECKMAN J, ICHIMURA H, TODD P. Matching as an econometric evaluation estimator. Review of Economic Studies 1998; 65(4):261-294.
 HECKMAN J, ICHIMURA H, TODD P. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training program. Review of Economic Studies 1997; 64(4):605-654.
 OLIVEIRA, A. M. H. C. e RIOS-NETO, E. L. G. Uma avaliação experimental dos impactos da política de qualificação profissional no Brasil. Rev. Bras. Econ. [online]. 2007, vol.61, n.3, pp.353-378.
 RAMOS, M. P.; BUSATTO, L.; MATOS, J.; JIL. Avaliação de Impacto de Políticas Públicas: uma experiência com o Projeto Inverno Gaúcho da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 14, p. 297-306, 2010.
 VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília, DF: Unesco, 2006. 77 p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17)
 GERTLER P. J. et al. Avaliação de Impacto na Prática Segunda edição. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial. 2018.
 PEDRO A. Documento de Trabalho nº 1/13. Avaliação do Impacto: Breve Introdução. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. 2013.
 CORREALES C, J. La nueva economía del desarrollo: una apuesta experimental en la batalla contra la pobreza. Trabajo de grado para optar por el título de Economista – Facultad de Ciencias Sociales y Económicas Departamento de Economía, Universidad del Valle. Santiago de Cali. 2016

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: O que são indicadores e como são criados. Características dos indicadores. Indicadores econômicos. Indicadores sociais. Indicadores de desenvolvimento humano. Indicadores de sustentabilidade. A aplicação dos indicadores nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados e indicadores disponíveis.

Bibliografia básica

LEBON, J. H. G.; OITICICA, Christiano Monteiro. Introdução à geografia humana. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1976. 210 p. (A terra e o homem). ISBN (broch.).
 GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.
 JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160. abr/jun, 2005.
 JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2017. 192 p. ISBN 9788575168073 (broch.).

Bibliografia complementar

FERREIRA, S. P. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. Revista

São Paulo em Perspectiva. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 17-25.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 206 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44)

JANNUZZI, P.M. Indicadores socioeconômicos na gestão pública / Paulo de Martino Jannuzzi. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 110p.: il.

PNUD, IPEA, FJP. Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017. 127 p.: il., gráfs. color.

TORRES, H. da G.; FERREIRA, M.P. e DINI, N.P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. Revista São Paulo Perspectiva. 2003, v.17, n.3-4, p. 80-90.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 20, n.4, p. 245-255, 1993.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. ; ROCHA, E. C. de ; SILVA JUNIOR, J. A. ; MAIA, R. G. CONSTRUINDO INDICADORES SOCIAIS: UMA REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (Online), v. 44, p. 147-173, 2013.

JANNUZZI, P.M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Rio de Janeiro, RAP 36 (1), pp. 51-72, jan/fev. 2002

IPECE. ENTENDENDO os principais indicadores sociais e econômicos. Fortaleza, CE: IPECE, 2010. 129 p. ISBN 9788598664156 (broch.).

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciencias sociais. 2. ed. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1998. 283p. (Didática)

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas ambientais: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão ambiental.

Bibliografia básica

CORBUCCI, E. M. Políticas públicas ambientais e participação social no Brasil, In: **Espaço & Geografia**, v. 6, n. 2, 2003, p. 75.

LITTLE, P. E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003

BROSE, M. (Org.) **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, L. T. de. **O debate internacional sobre instrumentos de política ambiental e questões para o Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br>. Acesso em: 30/05/201. 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira**: bases para a discussão. Brasília: MMA/PNUD 2000.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998

MONTIBELLER F., Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ª ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Avaliação de Políticas Públicas aspectos teóricos e metodológicos. Processos de avaliação de políticas urbanas: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de política urbana.

Bibliografia básica

ALVIM, ATB., and CASTRO, LGR., orgs. **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas** [online]. São Paulo: Mackenzie, 2010. ISBN 978-85-8293-045-8. Available from SciELO Books

NILSEN, Aparecida Vieira Marcondes e BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas, In. **Revista Univap** – revista.univap.br São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo, SP: Cortez, 1986. 174 p. ISBN 8524900652 (broch.).

TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA, Alba Barbosa de Oliveira. Avaliação de Políticas Públicas: modelos tradicional e pluralista. In **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.15, n.2, p. 305-313, jul./dez. 2011.

Bibliografia complementar

FARIAS FILHO, José Almir. Políticas urbanas: notas aproximativas para a pesquisa avaliativa. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 5, v. 1, n. 9, p. 55-69, jan./jun. 2012

GONDIM, Linda M. P. ROCHA, Aline M. M. Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem Dera Ser um Peixe”, em Fortaleza-CE, In **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019, p. 365–407.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, nº 16, p. 55–73, 2011.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE Carga horária: 64 horas
INTERVENÇÃO TERRITORIAL

EMENTA: Processo de avaliação de políticas de intervenção no território: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de intervenção no território.

Bibliografia básica

GRYNSZPAN, M. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. In: **Revista Sociologias** - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho

JACOBI, P. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em Torno da Ação Coletiva e dos seus Efeitos Políticos-Institucionais no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v.1, n.1, 2011.

Bibliografia complementar

FARANAK MIRAFTAB (2009). Insurgent planning: situating radical planning in Global South. **Planning Theory**, vol. 8, n. 1, p. 32-50

PORTO, M.S.G. Entre a política e a religião: caminhos da contribuição weberiana à análise da violência. In: **Revista Sociologias** - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 14-32.

SANDERCOCK, L. **Planning's radical project. What's the pedagogy?** Planners Network, 1999 (<http://www.plannersnetwork.org/1999/01/plannings-radical-project-whats-the-pedagogy>)

VAINER, C.B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas agrárias e agroalimentares: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de agrárias e agroalimentares.

Bibliografia básica

BUAINAIN, A. M. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. Campinas: Projeto FAO/036/BRA, 1997.

LAMOUNIER, B (Coord.) **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão**. Brasília: Ipea, 1994.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa**, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

Bibliografia complementar

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

_____. **Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP**. IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. v.1. Brasília: IPEA, 1989.

LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

LINDERT, P. H. "Historical patterns of agricultural policy". In: Timmer, C.P. (Ed) **Agriculture and the State**. Ithaca: Cornell Univ., 1991.

MOYANO, E. La agricultura entre el nuevo y el viejo corporatismo". In: Giner, S. e Yruela, M.P. (Coord). **El corporatismo en España**. Barcelona: Ariel, 1989.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas de segurança e soberania alimentar e nutricional: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de segurança e soberania alimentar e nutricional.

Bibliografia básica

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Presidência da República, Casa civil**. Subchefia para assuntos jurídicos.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). **A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília. 2010.

SANTOS, S.M.C; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 1- Abordagem metodológica. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n.5, mai., 2007, p. 1029-1040.

Bibliografia complementar

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão e aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea), INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (IICA). **Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: CONSEA/ FAO/ IICA, 2009.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto fome zero: uma proposta de política de segurança alimentar para**

o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001.
MALUF, R. S. J.. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
LEÃO, M. (Org.). **Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: As políticas de trabalho, emprego e geração de renda: formulação, implementação, instâncias sociais e instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. Concepções e metodologias de análise e avaliação de políticas públicas de trabalho, emprego e geração de renda.

Bibliografia básica

DA SILVA, Enio Waldir. Conhecimento e Renda Como Direitos Humanos. Ijuí: Editora Unijuí, 2020. 9786586074017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074017/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
FERREIRA, Adriana; KALAKUN, Jacqueline; SCHEIFLER, Anderson B. Trabalho e sociabilidade. Porto Alegre: Grupo A, 2018. 9788595025578. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025578/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
SILVA, Maria Ozanira da Silva E. Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe. São Paulo: Cortez, 2015. 9788524923715. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524923715/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Bibliografia complementar

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. 9788522128976. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522125470. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125470/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
FONTE, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais, 2ª edição.. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. 9788502622555. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622555/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa D. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Grupo GEN, 2012. 9788522484478. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 07 jun. 2022.
LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João. Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo. Barueri, SP: Editora Manole, 2003. 9788520442906. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442906/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas de gênero: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas de gênero.

Bibliografia básica

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. NVERSOS. 2015.
FARAH, M. F. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1):360, janeiro-abril, 2004
FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de

gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

Bibliografia complementar

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, FCC, v.39, n. 136, jan./abr. 2009.

GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu, Abep, setembro de 2004.

LAVINAS, L. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, L.; LEÓN, F. (Orgs.). **Emprego feminino no Brasil**: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Santiago do Chile: Cepal, setembro de 2002.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. 34 ed. Campinas, Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFGM, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20(2), p.71-99, 1995.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: As políticas públicas para a infância: formulação, implementação, instâncias sociais e instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. Concepções e metodologias de análise e avaliação de políticas públicas para a infância.

Bibliografia básica

MULLER, Fernanda. Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições, 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. 9788524920851. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524920851/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BAZILIO, Luiz C. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2011. 9788524924378. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924378/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MULLER, Fernanda. Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições, 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. 9788524920851. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524920851/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

Bibliografia complementar

MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância. Porto Alegre: Grupo A, 2018. 9788595027732. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027732/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CHILDREN, Reggio; EMILIA, Escolas e Creches da Infância de R. As cem linguagens em mini-histórias: contadas por professores e crianças de Reggio Emilia. Porto Alegre: Grupo A, 2021. 9786581334178. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334178/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Silvia H. Violência Contra Crianças e Adolescentes. Porto Alegre: Grupo A, 2012. 9788536327167. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536327167/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ROSSATTO, Luciano A.; LÉPORE, Paulo E.; CUNHA, Rogério S. Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. 9786555590814. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590814/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. Elaboração e implementação de políticas públicas. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788595021952. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES

Carga horária: 64 horas

EMENTA: As políticas públicas para a juventude: formulação, implementação, instâncias sociais e instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. Concepções e metodologias de análise e avaliação de políticas públicas para a juventude.

Bibliografia básica

ROSSATTO, Luciano A.; LÉPORE, Paulo E.; RAMIDOFF, Mário L. Estatuto da Juventude comentado: Lei n. 12.852/2013, 1ª edição.. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 9788502212978. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212978/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FILHO, Manoel Gonçalves F. Direitos Humanos Fundamentais, 15ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 9788502208537. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208537/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa D. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Grupo GEN, 2012. 9788522484478. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

Bibliografia complementar

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. 9788522128976. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128976/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. Elaboração e implementação de políticas públicas. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 9788595021952. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021952/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522125470. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125470/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

FONTE, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais, 2ª edição.. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. 9788502622555. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622555/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. História Econômica e Social do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 9788547207786. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547207786/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas de políticas para o envelhecimento: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para o envelhecimento.

Bibliografia básica

ARAÚJO, L. F. (org.). **Psicologia do envelhecimento:** relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009, 218 p.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MAIA, E. M. C.; FERREIRA, C. L. Envelhecimento e Desafios Adaptativos. In: FALCÃO, D. V. S; SAYEG, M. A., MESQUITA, R. A. V. V. Políticas públicas de saúde para o envelhecimento. In:

FREITAS, E. V. de et alii (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**, 2002, p. 1.083-1.089.

Bibliografia complementar

SILVESTRE, J. A., COSTA NETO, M. M. Abordagem do idoso em programas de saúde da família. **Cadernos de Saúde Pública**, Fiocruz, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.

SIMÕES, J. A. **A maior categoria do país: o aposentado como ator político**. In: BARROS, M. M. L. (org.). *Velhice ou terceira idade?* 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VERAS, R. **Em busca de uma assistência adequada à saúde do idoso: revisão da literatura e aplicação de um instrumento de detecção precoce e de previsibilidade de agravos**. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.

WANDERLEY, M. B. et alii. **Publicização do papel do cuidador domiciliar**. IEE/PUC-SP e MPAS, 1998.

YUASO, D. R. **Cuidar de cuidadores: resultados de um programa de treinamento realizado em domicílio**. In: NERI, A. L. (org.). *Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais*. Campinas, (SP): Ed. Alínea, 2002.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Processo de avaliação de políticas de políticas para a cultura: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para a cultura.

Bibliografia básica

BARROS, J. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. **Pensar e Agir com a Cultura: Desafios da Gestão**. Belo Horizonte: observatório da diversidade cultural, 2011.

LEITE, JOSÉ GUILHERME PEREIRA. **As Malhas da Cultura. Vol. 2**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de (orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática**. In: Pólis. São Paulo, (12): 01-107, 1993.

Bibliografia complementar

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

CUNHA FILHO, F. H. **Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988**. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.

DRUMMOND, A. NEUMAYR, R.. **Direito e cultura: aspectos jurídicos da gestão e produção cultural**. Belo Horizonte: [s.n.], 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Cultura**. Rio de Janeiro, anos diversos.

LOPES, A. H. e CALABRE, L.(Orgs.) **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa / Ministério da Cultura, 2005.

ATELIÊ DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Estudo de avaliações de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. T. da S. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. In: BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. 2000. **O processo de implementação de políticas públicas no**

brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16.

STEIN, R. H., **Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, 3. Brasília: UnB, CEAD, 2000.

Bibliografia complementar

AVAL. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas.** UFC, número 1, 2008.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, ano 51, n.4, out./dez 2000.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto.** Campinas: Editora Arte Escrita, 2011

SILVA, M. O. (Org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** São Paulo: Veras Editora; São Luis: GAEPP, p. 89-177.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

EMENTA: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em avaliação de políticas públicas.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. T. da S. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC, 2001.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. 2000. **O processo de implementação de políticas públicas no brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos.** Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16.

STEIN, R. H., **Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, 3. Brasília: UnB, CEAD, 2000.

Bibliografia complementar

AVAL. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas.** UFC, número 1, 2008.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, ano 51, n.4, out./dez 2000.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. **Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto.** Campinas: Editora Arte Escrita, 2011

SILVA, M. O. (Org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** São Paulo: Veras Editora; São Luis: GAEPP, p. 89-177.

11.6.3 Disciplinas Opcionais⁶

a) Sétimo Semestre

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Carga horária: 64 horas

⁶ Além da disciplina de Libras, os(as) estudantes escolherão dentre as disciplinas eletivas oferecidas dos semestres, dentre aquelas não componentes de seu itinerário formativo, além de disciplinas de caráter livre dentre os outros cursos de graduação da UFC, as disciplinas que irão compor o quadro de disciplinas opcionais a serem cursadas no semestre.

EMENTA: Aspectos históricos, linguísticos e neurológicos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Uso do espaço. Alfabeto digital. Números. Classificadores. Verbos. Uso de expressões faciais gramaticais. Frases declarativas, afirmativas, negativas, interrogativas e exclamativas. Diálogos em LIBRAS.

11.7 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado é um componente curricular obrigatório do Curso de Gestão de Políticas Públicas, com carga horária correspondente a 256 horas, divididas em dois componentes de 128 horas cada, denominados Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, com início no quinto e sexto semestre do curso, respectivamente.

A carga horária curricular de estágio supervisionado corresponde a 8,4% da carga horária total do Curso. Esse percentual está estabelecido em consonância com as Resoluções nº 2 CNE/CES/MEC/2007 e nº 1 CNE/CES/MEC/2014.

A Resolução nº 1 CNE/CES/MEC/2014 possibilita a realização de estágio sob várias formas, desde o estágio propriamente dito até a imersão acadêmica. A Lei 11.788/2008, por sua vez, permite a equiparação de outras atividades na educação superior ao estágio. Sendo assim, o (a) aluno (a) poderá cumprir os Estágios Supervisionados I e II por meio da realização de estágio supervisionado (obrigatório ou não obrigatório), as atividades de monitoria e de iniciação científica na educação superior.

Como flexibilização da integralização Curricular, outras formas de trabalho poderão ser consideradas como carga horária de Estágio Supervisionado I e II, desde que avaliadas pela Comissão Permanente de Estágio Supervisionado do curso.

11.8 Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de orientação individual, de caráter obrigatório e se constitui em um dos espaços formativos capazes de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e da produção científica, referentes à gestão das políticas públicas, a ser apresentado em formato monográfico.

11.9 Atividades Complementares

As atividades complementares do curso de GPP foram regulamentadas pela “Regulamentação das Atividades Complementares”, editadas pela coordenação do curso, com base na Resolução nº 7/CEPE/UFC, de 17 de junho de 2005. De acordo com essas normativas, o curso de GPP estimula o aproveitamento das experiências vivenciadas pelos estudantes nos espaços programados pelo curso e de livre iniciativa dos (as) alunos (as). Com isso, espera-se valorizar o conhecimento que se produz fora do ambiente universitário. Deverá ser considerada e estimulada a participação coletiva com a comunidade, possibilitando a interação permanente dos estudantes e professores do curso com a sociedade.

Em 2019, a coordenação do curso de GPP designou, por meio da Portaria n. 06/CCGPP, de 03 de outubro, uma Comissão Permanente a quem compete analisar o aproveitamento das experiências estudantis requeridas para aproveitamento como atividades complementares. As informações são disponibilizadas pelos estudantes no semestre final do curso.

11.10 Curricularização da Extensão

Consoante a Resolução 28/CEPE/UFC/2017, a curricularização da extensão é a inserção de ações de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

No curso de Gestão de Políticas Públicas, a carga horária curricular obrigatória de extensão corresponde a 304 horas, o que equivale a 10% da carga horária total do curso. Esse percentual está estabelecido em consonância com a Resolução 28/CEPE/UFC/2017, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e a Resolução nº 7/CNE/CES/MEC/2018.

A carga horária de extensão é inserida no currículo do curso na modalidade denominada Unidade Curricular Especial de Extensão. Conforme estabelecido na Resolução 28/CEPE/UFC/2017, nessa modalidade, a carga horária obrigatória de extensão é cumprida por meio da participação do (a) aluno (a) em ações de extensão, ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão.

Para cumprir a carga horária de Extensão, exigida para a integralização do curso de Gestão de Políticas Públicas, o (a) aluno (a) deverá acumular 304 horas de participação em

ações extensão, o que pode ser cumprido durante o período do curso, paralelamente aos demais componentes curriculares. Observando-se, conforme a Resolução 28/CEPE/UFC/2017, que a carga horária a ser contabilizada como Extensão será aquela em que o (a) aluno (a) comprovar sua participação como protagonista da ação extensionista.

O (A) aluno (a) do Curso de Gestão de Políticas Públicas, para cumprir as horas de extensão exigidas para a integralização curricular, poderá participar das atividades extensionistas realizadas nas diferentes formas estabelecidas na Resolução 04/CEPE/UFC/2014, a saber: programas, projetos, curso de extensão, evento e prestação de serviços. Essas atividades podem ser realizadas em quaisquer das áreas temáticas da Extensão, definidas na referida resolução: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

A carga horária em ações de extensão, a ser cumprida para a integralização do curso de Gestão de Políticas Públicas, não se sobrepõem e não dispensa o cumprimento da carga horária de outros componentes curriculares que podem ser realizados por meio das atividades extensionistas, como as Atividades Complementares e o Estágio Supervisionado. Para esses componentes curriculares, podem ser utilizadas as horas excedentes em atividades de extensão, não contabilizadas na Unidade Curricular Especial de Extensão.

12 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Ao longo de oito semestres (4 anos), a carga horária do curso totaliza o mínimo de 3.040 horas, o que corresponde a 190 créditos. A carga horária atende à exigência da Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2008, em seu art. 2, Inciso III e item “c”, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Também são seguidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, instituídas pela Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), que preveem no seu art. 11, uma carga horária mínima de 3.000 horas.

Segue-se ainda a Resolução Nº 14/2007 do CEPE/UFC, que no art. 1º, determina que a integralização curricular ocorra dentro do intervalo de tempo padrão de quatro anos (oito semestres) e, no máximo, seis anos (doze semestres). Ao cabo do período máximo estabelecido, o (a) aluno (a) entrará em processo de desligamento, conforme as normas da UFC.

O Curso será ofertado no turno matutino-vespertino (integral), com uma entrada anual de 50 (cinquenta) discentes, selecionados (as) de acordo com a regulamentação de acesso da UFC. Como regra geral, as disciplinas serão ofertadas no período da tarde, mas, em virtude de especificidades, algumas disciplinas optativas poderão ser ofertadas no período da noite.

13 QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

DADOS GERAIS SOBRE O CURSO	
CURSO	Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas
VAGAS	50 vagas anuais
MATRÍCULA/ENTRADA	Anual
PERÍODO/TURNO	Matutino-vespertino (integral)
CARGA HORÁRIA DE CADA COMPONENTE CURRICULAR	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	1344 horas
DISCIPLINAS OPTATIVAS	960 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	112 horas
ESTAGIO SUPERVISIONADO	256 horas
UNIDADE CURRICULAR ESPECIAL DE EXTENSÃO	304 horas
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	64 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL DE INTEGRALIZAÇÃO	3040 horas
DURAÇÃO DO CURSO	
TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	06 anos
TEMPO MINIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	04 anos

14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Seguem abaixo considerações acerca dos processos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico e dos processos de ensino e aprendizagem do curso de Gestão de Políticas Públicas, em suas áreas de concentração.

14.1 Do Projeto Pedagógico

O Curso de GPP, desde o primeiro período letivo de sua implantação, vem realizando um Seminário de Preparação do Semestre que tem fundamental importância no processo de monitoramento de seu PPC. Ao final de cada período letivo, também é realizado, em um dia (máximo de 4h/a), um amplo Seminário de Avaliação do Curso, que é contabilizado como Atividade Complementar, a fim de se identificar, no projeto, os ajustes que se fizerem necessários à correção de rumos para o aperfeiçoamento do curso.

O projeto contempla opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo. Sendo assim, a realização do acompanhamento e da avaliação das atividades do curso enseja a reflexão sobre como ele encontra-se organizado, fazendo com que seja, de fato, concretizado integralmente e modificado, corrigindo-se os rumos sempre que se fizer necessário, buscando sempre a sua resignificação.

Em função disso, a avaliação crítica do projeto deverá buscar explicar e compreender as causas das possíveis insuficiências e problemas que venham a ser detectados, bem como as relações entre essas causas e as necessidades, construindo ações alternativas a serem criadas sempre de forma coletiva.

A perspectiva crítica exige que se analise o Projeto Pedagógico não como algo inflexível, mas fundamentalmente como um projeto que aceita, reconhece e reflete as contradições e conflitos vinculados às dinâmicas sociais e políticas do país. A partir destas perspectivas pode-se compreender que o projeto parte de três eixos fundamentais: da avaliação contínua, da avaliação formativa e da avaliação progressiva, sempre realizadas de forma coletiva. Estimular a participação na construção continuada e avaliação do projeto pedagógico significa se apropriar dos resultados da própria organização do trabalho pedagógico e trilhar os caminhos pelos quais este curso foi constituído.

O processo de avaliação proposto será aplicado em quatro momentos:

- 1) Estabelecimento de um marco inicial, aqui denominado de Marco Zero do Curso de Gestão de Políticas Públicas, no primeiro semestre de funcionamento do Curso;
- 2) Problemática da realidade do curso no momento da avaliação;
- 3) Organização das compreensões críticas da realidade encontrada e problematizada;
- 4) Criação coletiva de proposição das alternativas de ação.

A Comissão de Avaliação ficará responsável pela condução do processo de avaliação do Curso. A fim de se viabilizar o processo de avaliação, serão realizadas reuniões que poderão também acontecer em meio virtual, onde professores e alunos (as) poderão expressar suas perspectivas e relatos, organizando reflexões em propostas e gerando alternativas que serão submetidas à coletividade. Outras ações serão propostas pela Comissão, a partir de sua efetivação.

14.2 Dos Processos de Ensino e de Aprendizagem

Os procedimentos gerais da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem estarão em absoluta conformidade com as orientações regimentais da Universidade Federal do Ceará. O percurso desses procedimentos, contudo, será desenvolvido em sintonia com a realidade atual e a orientação da coordenação pedagógica do curso de Gestão de Políticas Públicas.

A avaliação deverá ter por base os conteúdos, a metodologia adotada e a natureza das disciplinas e atividades - se teórica ou teórico-prática, considerando o tipo de profissional a ser formado e em que tipo de sociedade ele irá intervir. Além disso, serão considerados os paradigmas que informam e sustentam o projeto pedagógico, os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso.

Serão considerados, também, na avaliação dos processos de ensino e aprendizagem os aspectos definidos anteriormente nos Princípios norteadores e nas Metodologias de Ensino e de Aprendizagem. Isso significa estabelecer que:

- Professor (a) e aluno (a) são sujeitos e partícipes dos saberes a serem desenvolvidos ao longo das disciplinas do curso, evitando-se a postura do (a) professor (a) como único detentor (a) e disseminador (a) de informações e saberes;
- A aprendizagem coletiva, em grupos, terá destaque central considerando que a interdisciplinaridade da formação requer obrigatoriamente a necessidade de

agregação de saberes, experiências e práticas diversas para o enfrentamento de questões complexas e atuais que se colocam aos estudantes.

A avaliação no Curso de Gestão de Políticas Públicas seguirá as orientações do Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, do são destacadas as disposições normativas a seguir:

- Art. 109 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina e, quando se fizer necessário, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre a assiduidade e a eficiência, ambas eliminatórias por si mesmas.

§ 1º. - Entende-se por assiduidade a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina.

§ 2º. - Entende-se por eficiência o grau de aproveitamento do (a) aluno (a) nos estudos desenvolvidos em cada disciplina.

- Art. 110 - A verificação da eficiência em cada disciplina será realizada progressivamente durante o período letivo e, ao final deste, de forma individual ou coletiva, utilizando formas e instrumentos de avaliação indicados no plano de ensino e aprovados pelo Departamento.

§ 1º. - As avaliações escritas, após corrigidas, e suas notas transcritas nos mapas de notas pelo professor, serão devolvidas ao (a) aluno (a).

§ 2º. - A devolução de que trata o parágrafo anterior deverá fazer-se pelo menos até 07 (sete) dias antes da verificação seguinte.

§ 3º. - Será assegurada ao (a) aluno (a) a segunda chamada das provas, desde que solicitada, por escrito, até 03 (três) dias úteis decorridos após a realização da prova em primeira chamada.

§ 4º. - É facultado ao (a) aluno (a), dentro de 03 (três) dias úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar justificadamente a respectiva revisão pelo próprio docente, encaminhando o pedido através do chefe do Departamento correspondente.

- Art. 111 - Os resultados das verificações do rendimento serão expressos em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com, no máximo, uma casa decimal.

- Art. 112 - A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final.

§ 1º. - Entende-se por avaliações progressivas, aquelas feitas ao longo do período letivo, num mínimo de duas, objetivando verificar o rendimento do (a) aluno (a) em relação ao conteúdo ministrado durante o período.

§ 2º. - Entende-se por avaliação final, aquela feita através de uma verificação realizada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado para a disciplina no respectivo período letivo

- Art. 113 - Na verificação da assiduidade, será aprovado o (a) aluno (a) que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária da disciplina, vedado o abono de faltas.

- Art. 114 - Na verificação da eficiência, será aprovado por média o (a) aluno (a) que, em cada disciplina, apresentar média aritmética das notas resultantes das avaliações progressivas igual ou superior a 07 (sete).

§ 1º. - O (a) aluno (a) que apresentar a média de que trata o **caput** deste artigo, igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), será submetido à avaliação final.

§ 2º. - O (a) aluno (a) que se enquadrar na situação descrita no parágrafo anterior será aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 04 (quatro) na avaliação final, média final igual ou superior a 05 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:

$$MF = (NAF + \sum NAP/n)/2, \text{ onde:}$$

MF = Média Final;

NAF = Nota de Avaliação Final;

NAP = Nota de Avaliação Progressiva;

n = Número de Avaliações Progressivas.

§ 3º. - Será reprovado o (a) aluno (a) que não preencher as condições estipuladas no art. 113, no **caput** e § 2º. do art. 114.

- Art. 115 - Constará da síntese de rendimento escolar o resultado final de aprovação do (a) aluno (a), expresso por:

- a) Média aritmética das avaliações progressivas;
- b) nota de avaliação final;
- c) média final;
- d) frequência.

- Art. 116 - A verificação do rendimento na perspectiva do curso far-se-á por meio de monografias ou trabalhos equivalentes, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.

§ 1º. - A verificação do rendimento de que trata este artigo será regulada através de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observados o que constar no Anexo do curso e o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º. - Não poderá ser diplomado o (a) aluno (a) que, no conjunto de tarefas previstas para a avaliação do rendimento na perspectiva do curso, apresentar frequência inferior a 90% (noventa por cento), ou nota inferior a 07 (sete).

- Art. 117 - A avaliação do rendimento escolar, prevista nos artigos precedentes, aplica-se aos cursos de graduação.

A composição das notas será definida pelo (a) professor (a). Quanto à formalização da avaliação e da passagem das notas, serão observadas as recomendações do regimento da UFC. Além disso, será considerada a utilização de tecnologias Educacionais Presenciais e à Distância, através da adoção de práticas pedagógicas de formação intelectual, técnica e profissional do (a) aluno (a), visando o desenvolvimento de sua consciência crítica e autonomia conjugadas com os Princípios Norteadores elencados neste documento.

O desenvolvimento desses processos irá se constituir tanto na relação professor-aluno, nos momentos de encontros presenciais (sala de aula, laboratórios e demais espaços de uso comum do curso), quanto nas relações mediadas por ferramentas tecnológicas digitais

(uso de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de comunicação, dentre outras). Os sistemas de ambientes virtuais da UFC utilizados permanentemente pelo curso são: O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA); o Ambiente virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Ceará (SOLAR); e, o Google Classroom, dentre outros.

O SIGAA é um sistema de informação de procedimentos da área acadêmica através dos módulos de graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensinos médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Assim como o SIPAC, também disponibiliza portais específicos para reitoria, professores, alunos (as), tutores de ensino a distância, coordenações lato-sensu, stricto-sensu e de graduação e comissões de avaliação, tanto institucional, quanto do docente.

O SOLAR é um ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo Instituto UFC Virtual, da Universidade Federal do Ceará. Está orientado ao (à) professor (a) e ao (à) aluno (a), possibilitando a publicação de cursos e a interação com os mesmos. Ele foi desenvolvido potencializando o aprendizado a partir da relação com a própria interface gráfica do ambiente, sendo desenvolvido para que o usuário tenha rapidez no acesso às páginas e ao conteúdo, fácil navegabilidade e compatibilidade com Navegadores. Aqui, o interagente se sente seguro a explorar os espaços disponibilizados. O ambiente é apoiado numa filosofia de interação e não de controle.

O uso de tais ferramentas tecnológicas será estimulado e possibilitará, também, o desenvolvimento de até 20% da carga horária de disciplinas (para os casos em que for aplicável, levando-se em conta as peculiaridades de cada caso) na modalidade à distância, conforme Portaria do MEC n. 4.059/04, de 10 de dezembro de 2004 e definido pelo (a) professor (a), pelo (a) representante da Unidade Curricular correspondente à disciplina e pela Coordenação do Curso. Disciplinas essas regulamentadas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Em suma, o Curso de Gestão de Políticas Públicas também tem entre os seus pressupostos a necessidade de superar a abordagem tradicional do ensino centrado no (a) professor (a), no livro, na aula teórica, no conteúdo estático, documentado e estabelecido em desenhos curriculares enciclopédicos e inflexíveis.

15 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A FUNCIONAMENTO DO CURSO

Tendo em vista estrutura curricular do curso, as condições para sua execução são garantidas pela infraestrutura do Departamento de Estudos Interdisciplinares, situado no Bloco 860 do Campus do Pici, cujas instalações serão detalhadas a seguir. O corpo docente desse Departamento, também detalhado a diante, responde pela quase totalidade da demanda de disciplinas do Curso de GPP.

Esse Departamento disponibiliza as infraestruturas necessárias para a implementação deste PPC, que são compostas pelas instalações físicas, acervos bibliográficos e equipamentos. Além disso, o DEINTER dispõe de um amplo espaço de convivência, que permite o contato direto do corpo estudantil com a natureza.

15.1 Quadro de disciplinas por semestre e por Departamento

No quadro a seguir, encontra-se uma distribuição das disciplinas, segundo os (as) docentes diretamente vinculados (as) ao Curso e disciplinas a serem ofertadas por outros departamentos da UFC.

Quadro de disciplinas por semestre e por Departamento

SEM	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO
1º	Sociologia aplicada às Políticas Públicas	DEINTER
	Fundamentos de Economia	DEINTER
	Estado, Governo e Políticas Públicas	DEINTER
	Formação Econômica, Política e Social Brasileira	DEINTER
	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica	DEINTER
2º	Fundamentos e Teorias da Administração	DEINTER
	Antropologia e Políticas Públicas	DEINTER
	Estatística aplicadas à Gestão de Políticas Públicas	DEINTER
	Psicologia Social no Campo Público	DEINTER
	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa	DEINTER
3º	Direito Administrativo	DIREITO PÚBLICO
	Políticas Públicas no Brasil	DEINTER
	Administração e Gestão Pública	DEINTER
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I	DEINTER
	Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa	DEINTER

4º	Estado Brasileiro Contemporâneo	DEINTER
	Estado e Direitos Humanos no Brasil	DEINTER
	Políticas Socioambientais	DEINTER
	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública	DEINTER
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II	DEINTER
5º e 6º	Estágio Supervisionado I	DEINTER
	Estágio Supervisionado II	DEINTER
	Participação e Sociedade Civil	DEINTER
	Economia do Setor Público	DEINTER
	Políticas Urbanas	DEINTER
	Políticas Públicas de Intervenção Territorial	DEINTER
	Políticas Agrárias e Agroalimentares	DEINTER
	Políticas Públicas e Meio Ambiente	DEINTER
	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas	DEINTER
	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	DEINTER
	Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	DEINTER
	Educação e Cultura Alimentar	DEINTER
	Controle Social de Políticas Públicas	DEINTER
	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas	DEINTER
	Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano	DEINTER
	Gestão Municipal e de Territórios	DEINTER
	Orçamento Público	DEINTER
	Ateliê de Políticas do Setor Público	DEINTER
	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas	DEINTER
	Políticas de Educação e Direitos Humanos	DEINTER
	Direito Constitucional	DIREITO PÚBLICO
	Políticas Públicas de Saúde	DEINTER
	Análise Social da Família e Políticas Públicas	DEINTER
	Políticas de Gênero	DEINTER
	Políticas Públicas para a Infância	DEINTER
	Políticas de Juventudes	DEINTER
	Políticas Públicas para o Envelhecimento	DEINTER
	Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	DEINTER

	Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito	DEINTER
	Políticas de Inclusão Social	DEINTER
	Economia do Terceiro Setor	DEINTER
	Economia Solidária e Políticas Públicas	DEINTER
	Gestão do Terceiro Setor	DEINTER
	Movimentos e Conflitos Sociais	DEINTER
	Cidadania, Direitos e Desigualdades	DEINTER
	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais	DEINTER
	Gestão Orçamentária de Projetos Sociais	DEINTER
	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	DEINTER
	Cultura e Políticas Públicas	DEINTER
	Gestão de Projetos e Produção Cultural	DEINTER
	Ateliê de Políticas Sociais	DEINTER
	Temas Contemporâneos em Políticas Sociais.	DEINTER
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I	DEINTER
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II	DEINTER
	Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas	DEINTER
	Indicadores de Políticas Públicas	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Urbanas	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura	DEINTER
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento	DEINTER
	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas	DEINTER
	Políticas de Relações Étnico-Raciais	DEINTER
	Projeto de Monografia	DEINTER
	Libras	LETRAS

	Disciplinas escolhidas dentre as optativas e não constituintes do itinerário formativo do (a) aluno (a)	DEINTER
8º	Monografia	DEINTER

15.2 Pessoal docente, técnico-administrativo e infraestrutura

15.2.1 Docentes

Os (As) docentes responsáveis pela oferta das disciplinas acima elencadas são integrantes do DEINTER/CCA, possuem a titulação de Doutores (as) e atuam em regime de Dedicação Exclusiva. Cada docente do DEINTER dispõe de um gabinete de trabalho, que é compartilhado por dois docentes. O quadro de docentes do curso de GPP e a respectiva qualificação acadêmica é mostrado na tabela abaixo:

Quadro de docentes por titulação e regime de trabalho

Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Alcides Fernando Gussi	Doutor	Dedicação Exclusiva
Ana Paula de Medeiros Ribeiro	Doutora	Dedicação Exclusiva
Antônia Emanuela Oliveira de Lima	Doutora	Dedicação Exclusiva
Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho	Doutor	Dedicação Exclusiva
Francisca Silvania de Sousa Monte	Doutora	Dedicação Exclusiva
Gil Célio de Castro Cardoso	Doutor	Dedicação Exclusiva
Helena Stela Sampaio	Doutora	Dedicação Exclusiva
José Lenho Silva Diógenes	Doutor	Dedicação Exclusiva
Júlio Alfredo Racchumi Romero	Doutor	Dedicação Exclusiva
Maria de Nazaré Moraes Soares	Doutora	Dedicação Exclusiva
Roselane Gomes Bezerra	Doutora	Dedicação Exclusiva
Suely Salgueiro Chacon	Doutora	Dedicação Exclusiva
Verônica Salgueiro do Nascimento	Doutora	Dedicação Exclusiva

15.2.2 Corpo Técnico-Administrativo

A Coordenação do Curso atualmente conta com o apoio, exclusivo, de um técnico-administrativo no período manhã–tarde e com o apoio do corpo funcional do DEINTER, que é composto por 4 (quatro) funcionários pertencentes ao quadro permanente da UFC.

15.2.3 Corpo funcional de apoio

Atualmente, a conservação e limpeza das instalações físicas do Curso de GPP e do DEINTER estão sob a responsabilidade de 2 (dois) funcionários terceirizados, que atuam como auxiliares de serviços gerais, encarregando-se da manutenção predial. Os serviços de manutenção são centralizados na prefeitura universitária do Campus do Pici. Além disso, o curso e o Departamento contam com a atuação de 3 (três) seguranças terceirizados.

15.2.4. Salas de Aula

As atuais dependências do DEINTER dispõem de 6 salas de aula com recursos de multimídia e acesso à internet, das quais uma tem capacidade para 60 (sessenta) estudantes, 3 (três) têm capacidade para 40 (quarenta) alunos (as), cada uma; e, 2 (duas) têm capacidade para 50 (quarenta) alunos (as), cada uma. Além disso, em caso de necessidade extra, o curso pode se beneficiar das salas Bloco Didático do CCA/UFC.

15.2.5 Laboratórios de informática

O DEINTER dispõe de 01 laboratório de informática, equipado com computadores, Datashow, lousa e equipamento de projeção, que são utilizados, tanto no apoio às disciplinas que necessitem de seus recursos, como também para os (as) alunos (as) em suas atividades de pesquisa, preparação de relatórios, monografias e consultas via internet.

15.2.6 Bibliotecas Setoriais

O Campus do Pici dispõe da Biblioteca Central do Campus do Pici (BCCP), uma setorial de Economia Rural; e no campus do Benfica, as bibliotecas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (BFEEAC), da Ciências Humanas (BCH); Curso de Arquitetura (BCA); e, Biblioteca da Faculdade de Direito (BFD). Em todas há um importante acervo diversificado que poderá atender as necessidades de consultas relacionadas aos conteúdos curriculares do Curso.

Todos os acervos encontram-se informatizados e integram o Sistema de Automação PERGAMUM, que compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. Esse serviço está disponível, via Internet, no portal da UFC (<https://pergamum.ufc.br/pergamum/biblioteca/index.php>), que possibilita também o acesso aos periódicos científicos no sítio da CAPES. Há que se considerar, ainda, as bibliotecas setoriais dos demais cursos da UFC que fazem parte da interdisciplinaridade do Projeto. Além disso, é importante destacar que se encontra em fase de contratação pela UFC A Plataforma Minha Biblioteca, que disponibilizará um acervo de mais 10.000 exemplares.

15.2.7 Auditórios

O CCA dispõe de 6 (seis) auditórios equipados com recursos de audiovisuais e acesso à internet, adequados à realização de aulas magnas, palestras e conferências, possibilitando acomodar todo o corpo discente e docente desde eventos locais a internacionais. Esses auditórios são de uso livre, desde que com prévio agendamento, pelos cursos sediados no referido Centro. Além disso, o DEINTER conta com um Miniauditório com capacidade para 70 (setenta) pessoas.

15.2.8 Acessibilidade

O DEINTER é um bloco acessível que dispõe de placas de comunicação em braile instaladas e respectivo piso tátil em todas as suas repartições, fruto, inclusive, das ações de implementação do Plano de Melhoria (ano 2021) do Curso de Gestão de Políticas Públicas. Além disso, conta com rampa de acesso e um elevador para pessoas com deficiência.

16 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

16.1 Coordenação

A Coordenação do Curso está organizada de acordo com o Estatuto da UFC, constituído por um (a) coordenador (a) e um (a) vice-coordenador (a). A atribuição do (a) coordenador (a) segue de acordo com o Regimento da UFC (art. 28 do Regimento Geral da UFC, 2017). A coordenação atua na implementação de propostas pedagógicas, administrativas e políticas, por meio do exercício democrático, desenvolvendo ações propositivas e proativas para o andamento do curso.

16.2 Colegiado

O Colegiado do Curso funciona como uma instância consultiva, sobre assuntos pedagógicos. Os integrantes do Colegiado são os (as) representantes docentes das 5 (cinco) Unidades Curriculares nucleares à formação profissional do discente, com representantes eleitos (as) por seus pares, e pela representação estudantil, estes na proporção de 1/5 (um quinto) do total de docentes, nos termos do Estatuto da UFC. O Colegiado é a instância consultiva do curso, onde são propostas e apreciadas as políticas e ações de gestão.

16.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é a instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao PPC. O NDE, na UFC, é regido pelas resoluções CEPE/UFC nº 10/2012 e CONAES/MEC nº 1/2010 e vinculado à coordenação de curso, mas tem caráter autônomo, colegiado e interdisciplinar. O NDE é composto pelo (a) Coordenador (a) do Curso e um mínimo de 5 (cinco) docentes, com experiência no ensino superior, e que, preferencialmente, possuam o título de Doutor. Este núcleo é atuante de forma permanente e reúne-se ordinariamente uma vez por semestre. O NDE tem como principais atribuições acadêmicas o acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

16.4 Comissões Permanentes

16.4.1 Comissão Permanente de Estágio Supervisionado

A Comissão Permanente de Estágio Supervisionado será composta por quatro membros, sendo três professores e um técnico administrativo, ocupante da função de Secretário (a) da Coordenação do Curso. Sua composição será aprovada pelo Colegiado do Curso de Gestão de Políticas Públicas, que também designa o seu (sua) presidente.

As atribuições da Comissão Permanente de Estágios, sobre os componentes curriculares obrigatórios de estágio supervisionado, incluem: analisar e validar a documentação necessária para a matrícula e aprovação nos componentes; orientar os (as) alunos (as) sobre o funcionamento do estágio supervisionado; acompanhar a realização dos estágios; incentivar parcerias e captar vagas de estágios; divulgar oportunidades de estágio e manter interlocução ativa com a Agência de Estágios da UFC.

16.4.2 Comissão Permanente de Extensão

A Comissão Permanente de Extensão tem como função analisar e validar a documentação apresentada pelos (as) alunos (as) para o cumprimento da carga horária em atividades que serão contabilizadas na Unidade Curricular Especial de Extensão. Os membros dessa comissão, que terá no mínimo dois docentes, assumem a função de supervisores de extensão, consoante a Resolução 28/CEPE/UFC/2017, e serão designados (as) pelo Colegiado da Coordenação do Curso. Serão membros natos dessa comissão os representantes (titular e suplente) da Unidade Curricular Especial de Extensão.

Também são atribuições da Comissão: orientar os (as) alunos (as) sobre as exigências para a integralização da carga horária em atividades de extensão, divulgar oportunidades de participação em ações de extensão, e manter interlocução ativa com o Departamento de Estudos Interdisciplinares e a Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

16.4.3 Comissão Permanente de Atividades Complementares

A Comissão Permanente de Atividades Complementares é formada por três docentes, sendo sua composição aprovada pelo Colegiado do Curso de GPP, que também designa seu (sua) presidente. Essa comissão tem como função principal receber, analisar e validar a documentação apresentada pelos (as) alunos (as) do curso para o cumprimento da carga horária exigida em Atividades Complementares. Compete-lhe, também, orientar os (as)

estudantes sobre as Atividades Complementares e manter uma comunicação ativa com os (as) alunos (as), com foco na divulgação de cursos, atividades e eventos no campo de públicas.

16.4.4 Comissão Permanente de Tutoria

A Comissão Permanente de Tutoria será formada pelos (as) docentes que atuam como tutor no programa de tutoria do curso e será aprovada pelo Colegiado do Curso de GPP, que também designa seu (sua) presidente. O programa de tutoria destina-se aos (às) estudantes e egressos (as) do curso e consiste na disponibilidade de dois professores-tutores para o acompanhamento de cada turma, regendo-se pelo princípio da livre e espontânea procura dos (as) alunos (as) que sentirem necessidade de orientação individual por um (a) tutor (a) em relação à vida acadêmica, bem como, de forma coletiva sempre que se fizer necessário ao longo do curso.

A Comissão de Tutoria tem como objetivo principal coordenar os (as) tutores (as) e criar condições para que o programa de tutoria alcance seus objetivos, que incluem: orientar os (as) alunos (as) sobre as características e exigências do Curso, orientar os (as) alunos (as) no processo de escolha das ênfases do Curso, apresentar a infraestrutura disponível para uso dos (as) alunos (as), reduzir reprovações e evasões, aumentar a motivação dos (as) alunos (as), e buscar soluções para problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem.

16.5 Apoio institucional ao (à) discente do Curso de GPP

Na UFC, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil (PRAE) promove e apoia os (as) estudantes de graduação com o objetivo de construir a cidadania, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva⁷. Dentre elas, destacam-se: 1) Programa Ajuda de Custo; 2) Programa Auxílio Moradia; 3) Acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial; 4) Divisão de Apoio Pedagógico ao (à) Estudante e Formação para a Inclusão da Secretaria de Acessibilidade - UFC Inclui; 5) Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica; 6) Programa Bolsa de Incentivo ao Desporto; 7) Programa de Residência Universitária; e, 8) Programa de Restaurante Universitário.

⁷ A Divisão de Atenção ao Estudante, do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Estudante Universitário (PAPEU), fica situada na Rua Paulino Nogueira, 315 – Bloco III – 1º andar – Benfica – Fortaleza – CE.

Destacam-se, também, as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Graduação, que atua na concessão de bolsas nos seguintes programas: Monitoria de Projetos de Graduação; Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis; Programa de Educação Tutorial – Secretaria de Educação Superior (PET-SESu); Programa de Educação Tutorial (PET-UFC); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Programa de Iniciação à Docência.

A Pró-Reitoria de Extensão concede anualmente bolsas aos (às) estudantes de graduação vinculados (as) a uma ação de extensão, com o objetivo de contribuir na sua formação cidadã e na transformação social; incentivar os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos, como forma de aprendizagem da atividade extensionista; e de fomentar o interesse em extensão universitária, incentivando novos talentos potenciais entre estudantes de graduação e contribuindo, desta forma, para a formação e a qualificação de cidadãos (ãs) socialmente comprometidos (as).

Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação há o programa de bolsas PIBIC (Programa de Iniciação Científica), voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação que se destacam no curso. Essas ações promovidas pela UFC visa garantir aos (às) discentes sua ambiência e permanência no curso, de modo que o (a) discente utilize o espaço da universidade de maneira integral, obtendo assim um melhor aprendizado.

16.6 Apoio institucional à acessibilidade

A UFC tem mantido em suas atividades anuais investimento na infra-estrutura de acessibilidade de todos os prédios existentes, contemplando todos os itens requeridos para acessibilidade. Trata-se de uma instituição com mais de 60 anos e todos os anos intervenções são feitas, de forma que quase todos os prédios já possuem rota acessível no estacionamento, têm pelo menos uma entrada acessível, têm vagas para pessoas com deficiência, possuem rampas dentro dos padrões, possuem plataformas ou elevadores, e, possuem banheiros acessíveis. Assim, os (as) estudantes de GPP dispõem de: acessibilidade física; acessibilidade atitudinal, pedagógica; Secretaria de Acessibilidade – UFC Inclui; Divisão Administrativa; Divisão de Tecnologia Assistiva; Divisão de Produção de Material Acessível e Divisão de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa. Cumpre destacar o papel dessas duas últimas divisões.

A Divisão de Produção de Material Acessível produz e edita recursos bibliográficos e informativos acessíveis às pessoas com deficiência sensorial, executando as seguintes atividades: Em parceria com o Sistema de Biblioteca da UFC, realiza cursos/oficinas sobre audiodescrição, formação de leitores, digitalização e edição de livros/textos; Com apoio das divisões de Tecnologia Assistiva e de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa produz recursos materiais ampliados, audiodescritos, digitalizados e editados, impressos em braile para pessoas cegas e traduzidos em Libras para pessoas surdas; Encaminha os documentos digitalizados e editados que sejam de interesse científico para a Biblioteca Universitária, a fim de integrá-los ao acervo de materiais acessíveis a pessoas com deficiência sensorial; Acompanha o processo de edição dos documentos em formato acessível, conforme determina a Lei Brasileira de Inclusão, as Normas da ABNT e demais legislações de proteção ao direito autoral.

A Divisão de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa tem a competência de mediar a comunicação da pessoa surda nas diversas situações do contexto institucional, por meio das seguintes ações: Mediar situações de comunicação entre surdos e demais membros da comunidade acadêmica; Interpretar conteúdos compartilhados em salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação onde se encontram surdos; Interpretar eventos diversos na comunidade acadêmica; Traduzir textos acadêmicos e produtos informacionais em Libras/Língua Portuguesa para pessoas surdas da comunidade universitária; e Promover eventos e realizar estudos que contribuam com a qualidade das atividades inerentes à divisão que propiciem o domínio dos conteúdos abordados nas diversas atividades da vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.R. de C. Gestão de políticas públicas: uma nova experiência? **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. especial, v. 2, n.6, 2011

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], 2003, v.18, n.51, p. 7-10.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **Educação do campo para as ciências agrárias: avaliação do Programa Residência Agrária-Ceará**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará 2013.

FÓRUM DE PROFESSORES E COORDENADORES DO CAMPO DAS PÚBLICAS. **Relatório do XIII Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas**. Universidade Federal do Paraná – Matinhos (PR), 08 e 09 de maio de 2014.

ETULAIN, C.R. Graduação em gestão de políticas públicas da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP: interdisciplinaridade, rigor analítico e visão integral do mundo contemporâneo. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. Especial, v.2, n.6, 2011

FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E; FARIA, C.A.P.de. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CNE – CES. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. RESOLUÇÃO Nº 14/CEPE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2007. Dispõe sobre a regulamentação do “Tempo Máximo para a Conclusão dos Cursos de Graduação” da UFC.

_____. RESOLUÇÃO Nº 32/CEPE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009. Disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos Cursos Regulares da UFC.

_____. RESOLUÇÃO Nº 7/CEPE, DE 17 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre a regulamentação as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC.

_____. PROGRAD-Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular. Orientações e Reflexões para (Re)Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação

SCHOMMER, P.C.; FRANÇA FILHO, G.C. de. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, jun./nov. 2010, p. 203-226